

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LEONARDO JOSE ACHILES RIBAS

As Geografias do Sistema Prisional e do Ensino Superior Público Paulista: uma análise
das relações entre ensino superior e cárcere nas mesorregiões de Presidente Prudente e
Araçatuba

The Geographies of the Prison System and Public Higher Education in São Paulo: an
analysis of the relations between higher education and prison in the mesoregions of Presidente
Prudente and Araçatuba

São Paulo

2022

LEONARDO JOSE ACHILES RIBAS

As Geografias do Sistema Prisional e do Ensino Superior Público Paulista: uma análise das relações entre ensino superior público e cárcere nas mesorregiões de Presidente Prudente e Araçatuba

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Donizeti Girotto

São Paulo

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R482 Ribas, Leonardo Jose Achiles
 As Geografias do Sistema Prisional e do Ensino
 Superior Público Paulista: uma análise das relações
 entre ensino superior e cárcere nas mesorregiões de
 Presidente Prudente e Araçatuba / Leonardo Jose
 Achiles Ribas; orientador Eduardo Donizeti Girotto -
 São Paulo, 2022.
 92 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Sistema Prisional. 2. Ensino Superior Público.
3. Usos do Território. 4. Cárcere. 5. Estado de São
Paulo. I. Girotto, Eduardo Donizeti, orient. II.
Título.

À minha avó Geralda que antes de se encantar
me deixou encantado ainda em vida, saudades de
sua esperança e fé!

AGRADECIMENTOS

Por mais simples que seja ou esteja este trabalho individual de graduação, sua conclusão representa meu 5 anos de vida em São Paulo na busca deste curso superior em Geografia. Meus agradecimentos portanto são menos por essas coisas aqui escritas e mais pelo vivido e experienciado neste tempo todo na Universidade de São Paulo.

Em primeiro lugar agradeço minha mãe Célia e meu Pai Ernesto por acreditarem, apoiarem e me amarem em mim movendo mundos dos fundos para a conclusão deste curso. Agradeço também o amor e toda força possível de minhas irmas e companheiras de vida Lenita e Letícia. Meu avô Gardiano e meu tio Cleber, minha madrinha Sílvia, minha Tia Nanci, meu padrinho George esta conquista também só foi possível por e com vocês.

Da Universidade agradeço minhas companhias em dias de chuva, de sol, de tristeza, de alegria, de morrinho, de música, de dança, de cigarros e de cervejas: minhas amigas, meus amigos e amores que se distribuiram por dentro e fora das salas do vão e do Departamento de Geografia.

Escrevo cheio de saudade: obrigado Pedrinho, metade dessa graduação leva teu nome também. Obrigado Lívia por me mostrar tantos óbvios que não eram óbvios. Obrigado Linda, as coisas acontecem de uma hora pra outra, obrigado por embarcar nisso comigo. Obrigado Renato e Edinho, me inspiro em seus caminhos todos. Obrigado Pedro Moreno, Lara, Lari, Francis, Johny, Gui, Vitor, Paula, Jacque, Vitória e mais uma par de gente que cruzou meu caminho. Agradeço também a família que é o bar do Tutu, obrigado por me acolher. Obrigado Márcia, Ana e Carol pela força no trabalho, saudades.

Aqui de Pinda eu agradeço imensamente meus amigos Alexandre, Julio, Matheus e Luana. Nossas trocas, risadas e madrugadas por aqui foram determinantes nessa minha caminhada, vocês sabem melhor do que ninguém. Muito obrigado.

Agradeço também meus companheiros de som e alegria pura: João, Igor, Pedrão, e Maira, sem vocês não ia dar pra respirar nos dois últimos anos. Viva a Cometas!

Agradeço também a Rede Emancipa pela oportunidade de construir tanta coisa bonita e tanta esperança. Agradeço também a todo Gepeprivação da Faculdade de Educação que tanto me ensinaram e me permitiram, em especial ao professor Roberto e a querida Thais.

Agradeço também as reuniões do grupo de Geografia Freirianas do Lemadi, pelas trocas e incentivos todos em especial ao Professor Eduardo.

Agradeço também ao CEGE por diversas mobilizações e ações que permitiram transformar o curso de Geografia. Agradeço também ao Laboratório de Geografia Agrária pelas diversas vivências experienciadas em conjunto. A todos meus professores e professoras, mesmo aqueles e aquelas que se perderam no poder da relação pedagógica. Aprendi muita coisa com vocês. Por fim a todo o Departamento de Geografia e a Universidade de São Paulo pela oportunidade. Obrigado.

“O que eu sou eu sou em par, não cheguei sozinho.”

(canção de Lenine e Carlos Posada)

Preciso saber urgentemente
Porque é proibido pisar na grama.
(Jorge Ben Jor - Porque é proibido pisar na grama)

Mesmo no inferno é bom saber com quem se anda
Senão embaça vira desanda
(509-E - Oitavo Anjo)



Guarda na Muralha do Carandiru - Foto de João Wainer

RESUMO

RIBAS, Leonardo J. A. As Geografias do Sistema Prisional e do Ensino Superior Público Paulista: uma análise das relações entre ensino superior público e cárcere nas mesorregiões de Presidente Prudente e Araçatuba. 2022. 97 f. Trabalho de Graduação Individual(TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a lógica da produção dos territórios do sistema prisional e do sistema público de ensino superior no Estado de São Paulo e suas relações, trocas e articulações. Para isso buscou-se nos usos seletivos do território investigar as relações, intencionalidades, rationalidades e contradições produzidas pelos territórios do sistema penitenciário e do sistema de educação do ensino superior do Estado. Primeiramente o trabalho buscou mapear e analisar a localização das unidades prisionais e as instituições públicas de ensino superior no Estado de São Paulo. Posteriormente, justificou-se a responsabilidade das instituições públicas de ensino superior frente a realidade do cárcere e suas possíveis atuações no ensino, pesquisa e extensão dentro dos espaços de privação de liberdade. Após conceituar tal responsabilidade o trabalho analisou as relações, trocas e articulações das instituições públicas de ensino superior com as unidades prisionais através de uma pesquisa feita nos repositórios, sites e plataformas oficiais das instituições. A análise se deu duas mesorregiões específicas do Estado de São Paulo: as mesorregiões de Presidente Prudente e Araçatuba. Os resultados demonstraram que em ambas as mesorregiões as Faculdades, Institutos Federais e Universidades pouco ou nada atuaram para com a realidade da prisão nos últimos anos, demonstrando a imensa distância e ausência da atuação do ensino superior nas unidades prisionais. Por último o trabalho anunciou, brevemente, iniciativas e projetos que buscam aproximar o ensino superior do sistema carcerário e transformar a realidade da prisão.

Palavras-chave: Sistema prisional. Ensino Superior Público. Usos do território.

ABSTRACT

Ribas, Leonardo Jose Achiles. **The Geographies of the Prison System and Public Higher Education in São Paulo:** an analysis of the relations between higher education and prison in the mesoregions of Presidente Prudente and Araçatuba 2022. 97 f. Trabalho de Graduação Individual(TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This paper aims to analyze the logic of production of the territories of the prison system and the public system of higher education in the State of São Paulo and their relations, exchanges and articulations. To this end, we sought to investigate the relations, intentionalities, rationalities and contradictions produced by the territories of the prison system and the higher education system in the State of São Paulo, through the selective uses of territory. Firstly, the work sought to map and analyze the location of prison units and public institutions of higher education in the State of São Paulo. Subsequently, it justified the responsibility of public higher education institutions facing the reality of prison and their possible actions in teaching, research and extension within the spaces of deprivation of freedom. After conceptualizing such responsibility, the work analyzed the relations, exchanges and articulations of public higher education institutions with prison units through a research carried out in repositories, websites and official platforms of the institutions. The analysis took place two specific mesoregions of the State of São Paulo: the mesoregions of Presidente Prudente and Araçatuba. The results showed that in both regions the Colleges, Federal Institutes and Universities had little or no action towards the prison reality in the last years, demonstrating the immense distance and absence of the action of higher education in prison units. Finally, the work briefly announced initiatives and projects that seek to bring higher education closer to the prison system and transform the prison reality.

Keywords: Prison system. Public Higher Education. Uses of the territory

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - PIB Per Capita dos Municípios do Estado de São Paulo (2018)	28
Mapa 2 - Distrib. das Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado de São Paulo	30
Mapa 3 - Concentração Pop. por município no Estado de São Paulo (2019 – 2050)	31
Mapa 4 - Participação em % dos municípios no PIB do Estado de São Paulo em 2016	32
Mapa 5 - Total de empregos formais por município no Estado de São Paulo em 2019	33
Mapa 6 - Eixo das Rodovias Principais do Estado de São Paulo	38
Mapa 7 – Distrib. das Unidades Prisionais no Estado de São Paulo	49

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Anamorfose das Taxas de IES Público por 100 mil habitantes nas mesorregiões do Estado de São Paulo	34
Figura 2 - Regionalização dos Municípios Pertencentes às Coordenadorias da SAP	48
Figura 3 - Anamorfose da Taxas de unidades prisionais por 100 mil habitantes na mesorregiões do Estado de São Paulo	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tx. de unidades prisionais por 100 mil hab. das mesorregiões no estado de SP	23
Tabela 2 - Tx. de IES público por 100 mil hab. das mesorregiões no estado de SP	24
Tabela 3 - Tx. Estado de São Paulo: Pessoas de 15 a 29 por grupos de idade, condição de estudo e situação de ocupação	41
Tabela 4 - Total de Inquéritos policiais instaurados e prisões efetuadas no ano de 2020	56
Tabela 5 - Perfil Educacional da População prisional em junho de 2021	61
Tabela 6 - Unidades Prisionais da Mesorregião de Presidente Prudente	79
Tabela 7 - Inst. Públicas de Ensino Superior na Mesorregião de Presidente Prudente	80
Tabela 8 - Unidades Prisionais da Mesorregião de Araçatuba	83
Tabela 9 - Inst. Públicas de Ensino Superior na Mesorregião de Araçatuba	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distrib. percentual das pessoas de 25 anos ou mais por nível de instrução e sexo entre os anos de 2016 e 2019 no Estado de São Paulo	39
Gráfico 2 - Distrib. percentual das pessoas de 25 anos ou mais por nível de instrução e cor/raça entre os anos de 2016 e 2019 no Estado de São Paulo	40
Gráfico 3 - Razão entre matrícula na rede privada e a rede pública em cursos presenciais de graduação por Unidade da Federação - Brasil 2019	46
Gráfico 4 - Porcentagem de pessoas presas de acordo com o regime da pena no Estado de São Paulo em dezembro de 2019	58
Gráfico 5 - Porcentagem de pessoas presas por gênero no Estado de São Paulo em dezembro de 2019	58
Gráfico 6 - População prisional por faixa etária do Estado de São Paulo em dezembro de 2019	59
Gráfico 7 – População prisional por cor ou raça em dezembro de 2019	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 MOTIVAÇÕES	15
1.2 RELEVÂNCIA DO TEMA	17
1.3 OBJETIVOS	19
1.4 METODOLOGIA E ESTRUTURA	23
2 - O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO PAULISTA E A PRODUÇÃO DO SEU TERRITÓRIO	27
2.1 - CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO PAULISTA	27
2.2- O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO	38
2.3- SOBRE LÓGICA ESPACIAL DO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR PAULISTA	42
3 - AS UNIDADES PRISIONAIS PAULISTAS E A PRODUÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS	46
3.1 - CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISTEMA PRISIONAL PAULISTA	46
3.2 - AS PESSOAS ENCARCERADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	56
3.3 - SOBRE LÓGICA ESPACIAL SISTEMA PRISIONAL PAULISTA	63
4 - ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O SISTEMA PRISIONAL E O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO ESTADO DE SÃO PAULO	73
4.1 A RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR E O SISTEMA PRISIONAL	73
4.2 - AS MESORREGIÕES DE ANÁLISE	76
CASO 1 - A MESORREGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE	78
CASO 2 - A MESORREGIÃO DE ARAÇATUBA	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES	86
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	95
ANEXO 1 – CARTA À SOCIEDADE 503-E	95
ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE ACESSO AO PERFIL DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESTADO DE SP	96

INTRODUÇÃO

1.1 MOTIVAÇÕES

Nenhuma entrada de índice remissivo foi encontrada. Este trabalho de graduação individual visa contribuir com os estudos da realidade das pessoas privadas de liberdade no Brasil através do conhecimento geográfico. É fruto de diversas inquietações encontradas no decorrer do processo formativo do curso de graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (USP), das experiências junto a movimentos de educação popular na cidade de São Paulo e das construções propiciadas pelos encontros e formações do GEPEPRIVADAÇÃO (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade) da Faculdade de Educação da USP (FEUSP).

Vale a pena discorrer brevemente aqui sobre as inquietações citadas, uma vez que delas nasceram as motivações do autor para a escolha do tema trabalhado. Grande parte da motivação para se estudar um objeto de pesquisa relacionado ao sistema carcerário, surgiu de círculos de cultura¹, construídos nos mais de quatro anos de experiência como educador e educando dos cursinhos populares da cidade de São Paulo, com destaque para a Rede Emancipa².

Foi a partir dos círculos de cultura que pude acessar debates dos mais diversos como por exemplo a luta pelo ensino público gratuito e de qualidade no Brasil; as dimensões estruturais do racismo, machismo, exploração da classe trabalhadora e suas interseccionalidades; a violência policial; as questões sobre as desigualdades no uso do território da cidade; dentre uma multiplicidade de temas geradores.

Como consequência desse processo de formação e construção do conhecimento coletivo, as primeiras reflexões sobre o cárcere, o encarceramento em massa, a criminalização da pobreza, dentre outros desdobramentos do sistema penal, chegaram até mim. Destaco aqui o nome daquelas e daqueles que trataram de compor a curiosidade espontânea, primordial e

¹ Sistematizados por Paulo Freire (1991) os Círculos de Cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto (BRASIL,p.74,2014)

² Criada em 2007, a Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular, atua em periferias das 5 regiões do Brasil na construção de espaços de educação popular.

essencial para o desenvolvimento deste trabalho, entre essas pessoas faço questão de citar autores, autoras, escritores, escritoras e artistas das diferentes áreas : Angela Davis, Ruth Gilmore, Djamila Ribeiro, Dráuzio Varella, Michel Foucault, Racionais Mc's, 509-E, Suzane Jardim, Sérgio Vaz dentre outros e outras que adentraram meu imaginário.

Aliado a esses espaços de formação fora dos muros da Universidade de São Paulo, do lado de dentro, o curso de Geografia também exerceu influência direta sobre minha escolha. Seja pelas disciplinas, sobretudo as que versavam sobre temas correlacionados, seja pelos debates, encontros e troca de experiências com meus colegas. Foi inclusive a partir desses encontros que pude descobrir autores, autoras, artistas, textos, instituições, associações, grupos de estudos, movimentos sociais e mais uma sequência de referências que também bordaram meu interesse.

Por último exalto meu contato e relação com o GEPEPRIVAÇÃO³. Ainda no ano de 2019 o sistema carcerário já despertava firmemente a minha atenção e através desse interesse pude em novembro do mesmo ano participar como monitor do V Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão desenvolvido pela ANDHEP⁴. Foi através desta oportunidade que conheci o trabalho do professor Roberto da Silva e dos demais colegas do GEPEPRIVAÇÃO na Faculdade de Educação da USP. Assim dois interesses massivos durante minha graduação puderam se unir: Educação e Cárcere. Há cerca de quase 2 anos participando do grupo pude aprender diversas questões a respeito da Educação em espaços de privação de liberdade, direitos humanos, direito penal, alfabetização científica dentre outros.

Foram as especificidades do curso de Geografia que me proporcionaram participar ativamente do GEPEPRIVAÇÃO. Para além das questões pedagógicas e legais da Educação nos espaços de privação da liberdade, fui incumbido de continuar a tarefa do grupo de mapeamento e o geoprocessamento das unidades prisionais e das instituições de ensino superior público no estado de São Paulo. Dou ênfase aqui à tese de doutoramento de Carolina Bessa intitulada “A Educação nas prisões brasileiras: a responsabilidade da universidade pública” (OLIVEIRA, C. B. F; 2017), a qual subsidia grande parte da delimitação, reflexão, e desenvolvimento do tema. Assim, Geografia, Educação e meus estudos sobre o Cárcere se

³ Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade, da Faculdade de Educação da USP - FEUSP

⁴ Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós- Graduação

uniram primeiramente em um projeto de iniciação científica e agora neste trabalho individual de graduação.

Para além de motivações individuais, estudar o território do sistema prisional brasileiro e a educação nestes espaços é uma responsabilidade dentro das universidades públicas do país como veremos detalhadamente adiante. Mesmo que de modo introdutório vale a pena ressaltar de antemão as finalidades do ensino superior prescritas na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996*:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

1.2 RELEVÂNCIA DO TEMA

O encarceramento em massa vem há tempos adentrando o cotidiano de milhões de brasileiros e brasileiras. As diversas ações do Estado⁵ que produzem e reproduzem este

⁵ “ Em linhas gerais, o Estado, como modernamente é configurado, pode ser compreendido como a organização política de uma sociedade, com destaque para os seus papéis regulador alocador de recursos públicos e indutor

processo de encarceramento, mobilizam diversas instituições, práticas, e ações de sujeitos e sujeitas. Da população pobre e preta, que sofre na pele todas as piores consequências de um estado que tem no aprisionamento e no genocídio⁶ o seu alicerce; até as camadas mais abastadas da sociedade que consomem o medo, reproduzem o racismo e a retórica policial contraditória; todos e todas convivem em maior ou menor grau com as dinâmicas encarceramento em massa.

O Brasil possui atualmente a terceira maior população prisional do mundo, apontando para um número extremamente alarmante segundo o INFOPEN⁷: no ano de 2019 somamos 773.151² pessoas presas em todo território nacional. Nos dois anos posteriores tivemos uma sequência de reduções no número de encarcerados se compararmos aos dados reunidos pelo “Monitor da Violência” produzido pelo G1⁸ em parceria com Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o NEV⁹: 709.205 pessoas presas em 2020 e 682.182 até maio de 2021. Tais reduções se deram menos por consequência de políticas públicas de desencarceramento ou diminuição da criminalidade e mais pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus.

Ao passo que a população carcerária do país cresce aceleradamente há décadas, nem mesmo a estrutura do sistema penal que conta frondosos investimentos (vide dados do FUNPEN¹⁰), acompanha tamanha sanha. Longe de aqui defender a prisão como pena ou solução para os problemas da criminalidade, fato é que a condição do sistema carcerário

de políticas, manifestados por meio de um conjunto de agentes, instituições e órgãos permanentes em prol do interesse público e das políticas públicas, como os que integram os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”. (OLIVEIRA, C. B, p.32, 2017).

⁶ “O genocídio da população negra nada mais é do que uma incessante guerra pelo Estado moderno hegemônico, silenciosa ou não, mas amplamente normatizada socialmente e que encontra apoio em todas as esferas da vida pública e de seus aparelhos: seja pela segurança pública, pela saúde pública e privada, pelo judiciário, pelo legislativo, pelas políticas públicas ou pelos projetos de lei que constroem o simulacro de uma democracia assassina, que persegue um mesmo grupo social desde a fundação deste Estado-nação (SILVA, A. L, p 44, 2020)”.

⁷ O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro.

⁸ G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo.

⁹ NEV (Núcleo de Estudos da Violência) - USP.

¹⁰ O Fundo Penitenciário Nacional indica em nota técnica que ao fim do ano de 2020 o fundo movimentou a quantia de R\$ 376.743.640,6 - acesso em 24/08/2021 disponível em https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/SEI_08016.007736_2020_01.pdf

brasileiro indica um cenário contraditório de superlotação funcionando com 54,9%¹¹ acima de sua suposta capacidade, ainda que em contexto de um ritmo acelerado de criação de vagas (17.141 no ano de 2020¹²).

O estado de São Paulo é destaque quando o assunto se trata de encarceramento. A unidade da federação apresenta mais de um terço de toda a população carcerária do país, sendo portanto o estado que mais aprisiona no Brasil. Contraditoriamente, o território paulista acumula também uma série de riquezas, sendo exemplo de um estado desigual, punitivo e seletivo, como nos adverte os geógrafos Maria Adélia de Souza e James Humberto Zomighani Junior :

São Paulo é o estado mais rico, e um dos mais contraditórios, da federação brasileira. Em seu território, nos últimos anos, o enorme avanço do estado de polícia revela um retrocesso, de mesma amplitude, do estado de direito para grandes parcelas de sua população, principalmente as mais pobres. É nos locais ocupados pelos mais pobres, carentes de estruturas e funções do Estado para garantia de direitos para todos, que tem avançado fortemente o poder punitivo em São Paulo, bem como no restante do país (SOUZA e ZOMIGHANI JR, 2014, p.189)

A histórica pujança econômica paulista contrasta diariamente com inúmeros problemas sociais em seu território, dentre eles os altos índices de violência, a desigualdade de renda e a dificuldade de acesso aos serviços básicos como saúde, lazer e educação. Também deriva do fato de ser o estado mais rico da federação o vasto e premiado território do ensino superior público estadual de São Paulo que analisaremos em consonância com a espacialidade das unidades prisionais.

1.3 OBJETIVOS

Deste modo, o referido trabalho busca atentar para um compromisso universitário não apenas com a produção do conhecimento científico em seu estado teórico, mas sobretudo com a *práxis* universitária e sua possibilidade de transformação no território da referida realidade. Nos termos de Paulo Freire “A *práxis*, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 1987, p. 38).

¹¹ Dados do Monitor da Violência 2021

¹² Idem 11

Do ponto de vista da ciência Geográfica, a prisão e o sistema penitenciário são assuntos raros e de baixa ocorrência, tal como afirma Zomighani (2013)¹³. O aumento expressivo da população carcerária nas últimas décadas aliado à diversas reflexões e resistências a respeito da seletividade penal¹⁴, genocídio da população preta, necropolítica¹⁵ entre outras violências, vem suscitando um interesse maior da Geografia pelo tema. Certamente as cotas raciais e sociais conquistadas nas universidades públicas nas últimas décadas também foram fundamentais para que esses debates avançassem com maior vigor na academia e nos cursos de Geografia. A produção dessa ciência passa cada vez mais pela perspectiva daqueles e daquelas que sofrem na pele cotidianamente as violências aqui mencionadas, refletindo a importância e necessidade de transformação da realidade.

O estudo do sistema penal sobretudo das unidades prisionais do estado de São Paulo e de sua respectiva espacialidade se dá pela influência dessas instituições na produção e reprodução do território no Estado. Partindo do pressuposto de Zomighani (2013)¹⁶ de que é através de sua organização que o sistema penitenciário faz uso do território e produz desigualdades espaciais, cabe ao conhecimento geográfico aqui entender a lógica da base territorial do sistema prisional para evidenciar as práticas, ações, contradições e relações sociais que a produziram:

O espaço geográfico encontra no uso do território sua expressão historicizada, empírica, ou seja, é uma grande síntese do mundo do presente (da totalidade social) em seu aspecto concreto. O território usado, como objeto de estudo geográfico, deve ser analisado como um conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações constituídos pelas relações sociais. (SOUZA, Maria Adélia de ; ZOMIGHANI JR., J.H; p.187, 2014).

¹³ “Outra contribuição científica refere-se ao fato de serem raras as teses geográficas sobre o sistema prisional.” (ZOMIGHANI, p.25, 2013)

¹⁴ Entende-se por seletividade penal a prioridade punitiva dada às classes menos favorecidas do país. Tal seletividade se dá tanto pela ação repressiva da polícia nas ruas com desproporcional força nos bairros periféricos e pobres, quanto pela ação do sistema de justiça que historicamente privilegia em suas decisões as classes hegemônicas.

¹⁵ Conceito desenvolvido por Mbembe (2018) no qual o Estado, por meio de suas políticas e modus operandi, decide, quem vive e quem morre.

¹⁶ “É na organização do sistema penal, em particular do sistema penitenciário que a prisão faz usos seletivos do território e reproduz desigualdades.” (ZOMIGHANI, p.25, 2013)

Tanto a configuração espacial do sistema penitenciário como a configuração espacial do ensino superior público do estado refletem relações sociais e suas seletividades espaciais são a expressão do modo de produção tal como descreve (SANTOS, 1977):

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (p. 87)

Assim, buscaremos aqui entender quais são as lógicas espaciais do sistema carcerário paulista, a lógica espacial do ensino superior público do estado de São Paulo e por último suas relações. Os objetivos deste trabalho giram em torno das relações espaciais construídas entre o ensino superior público paulista com as unidades prisionais no estado de São Paulo. Em especial, busca-se analisar as articulações e trocas do sistema prisional com o sistema de educação pública superior estadual, tendo como base a produção do território e demais espacialidades por esses dois sistemas. Sendo assim, algumas perguntas deverão nortear esta pesquisa:

- Como se dá a produção do território das universidades e do ensino superior público no estado de São Paulo? Ou ainda, qual a espacialidade produzida pelo ensino superior público estadual?
- Como se dá a produção do sistema penitenciário no estado de São Paulo? Qual a espacialidade produzida pelo sistema penitenciário estadual?

A fim de responder tais questionamentos o trabalho analisará a distribuição espacial das instituições de ensino superior público e das unidades prisionais em capítulos separados problematizando a escolha da localização e organização dessas instituições uma vez que sua construção, suas funções, fluxos e dinâmicas se inserem em uma ampla gama de relações sociais historicizadas:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. (...) Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subsequentes da produção. (SANTOS, p.91, 1977)

Ou ainda:

Portanto, o espaço geográfico é considerado uma instância social, e o território usado, sua manifestação concreta historicizada. Não se trata de lidar com o território apenas como um enunciado, uma alteridade em relação à sociedade. Ele é a sociedade e não um plano, suporte, palco, onde as coisas acontecem, independentemente dele, como corriqueiramente tem sido tratado na grande maioria

dos estudos geográficos. (SOUZA, Maria Adélia de ; ZOMIGHANI JR., J.H; p.187, 2014)

Finalmente duas outras questões chaves buscarão esclarecer as relações a serem estudadas:

- Existem relações, trocas e articulações entre o território do ensino superior público com o território do sistema penitenciário?
- Se sim, como se dão tais relações, trocas e articulações?

Para entender tais relações o trabalho se debruça em uma região chave do estado de São Paulo: o Oeste paulista. É a região Oeste do estado a que mais concentra unidades prisionais, tanto em números absolutos como relativos como a taxa de unidade prisional por habitante, tendo destaque duas mesorregiões: a mesorregião de Presidente e a mesorregião de Araçatuba, conforme pode ser observado na *Tabela 1*.

Tabela 1 - Taxa de unidades prisionais por 100 mil habitantes das mesorregiões no estado de São Paulo

MESORREGIÃO	HABITANTES	UNIDADES PRISIONAIS	TAXA
ARAÇATUBA	770.770	13	1,68
ARARAQUARA	917.232	3	0,32
ASSIS	603.085	4	0,66
BAURU	1.627.250	21	1,29
CAMPINAS	4.358.417	13	0,29
ITAPETININGA	917.090	7	0,76
LITORAL SUL PAULISTA	510.478	2	0,39
MACRO METROPOLITANA PAULISTA	3.075.561	13	0,42
MARÍLIA	473.137	4	0,84
METROPOLITANA DE SÃO PAULO	23.545.797	36	0,15
PIRACICABA	1.560.220	9	0,57
PRESIDENTE PRUDENTE	913.707	23	2,51
RIBEIRÃO PRETO	2.691.036	11	0,4
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1.749.303	7	0,4
VALE DO PARAÍBA PAULISTA	2.576.250	12	0,46

Fonte: Dados do IBGE e SAP, elaborado pelo autor

As mesorregiões em questão também privilegiam a análise das relações a serem investigadas uma vez que contam com um número significativo de instituições públicas de ensino superior, tal como mostra a *Tabela 2*. A mesorregião de Araçatuba inclusive se destaca com a segunda maior taxa de instituição pública de ensino superior por habitante do estado sendo portanto uma região balizadora.

Tabela 2 - Taxa de instituição de ensino superior público por 100 mil habitantes das mesorregiões no estado de São Paulo,

MESORREGIÕES	HABITANTES	IES	TAXA
ARAÇATUBA	781.456	8	1,02
ARARAQUARA	933.808	11	1,17
ASSIS	608.203	5	0,82
BAURU	1.650.277	9	0,54
CAMPINAS	4.464.830	18	0,4
ITAPETININGA	929.215	7	0,75
LITORAL SUL PAULISTA	515.712	2	0,38
MACRO METROPOLITANA PAULISTA	3.104.064	16	0,51
MARÍLIA	485.871	7	1,44
METROPOLITANA DE SÃO PAULO	23.754.201	58	0,24
PIRACICABA	1.584.292	8	0,5
PRESIDENTE PRUDENTE	923.268	7	0,75
RIBEIRÃO PRETO	2.739.839	13	0,47
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1.761.991	7	0,39
VALE DO PARAÍBA PAULISTA	2.621.403	18	0,68

Fonte: Dados do IBGE e e-MEC, elaborado pelo autor

1.4 METODOLOGIA E ESTRUTURA

No que se refere ao método do projeto, entende-se aqui o território como ponto central da análise. Nas palavras de Maria Adélia de Souza e James Humberto Zomighani Junior: “O território usado, como objeto de estudo geográfico, deve ser analisado como um conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações constituídos pelas relações sociais”. (SOUZA e ZOMIGHANI JR, 2014, p.187). Portanto, a

metodologia aqui se dá na investigação das relações, intencionalidades e rationalidades produzidas pelos territórios do sistema penitenciário e do sistema de educação do ensino superior do estado. Sobretudo busca-se aqui investigar as contradições da produção destes territórios, revelando através da ciência geográfica as outras possibilidades de ser do mundo:

Conhecer as contradições nos usos do território é a forma geográfica de revelar a necessidade de condições fundamentais para a existência para muitos. É este o processo que se constitui em fonte permanente de constantes conflitos, tensões, violências, diante dos quais o Estado tem respondido com viés repressivo fortalecendo o sistema penal, ao invés de garantir acesso aos recursos necessários à vida, o que dificulta o encontro de soluções estruturais para grande parte dos problemas sociais no Brasil. (ZOMIGHANI, p.26, 2013)

Para então conhecer os usos e contradições dos territórios do ensino superior público do estado de São Paulo e do sistema prisional, o trabalho foca primeiramente na coleta de dados das instituições de ensino superior público, bem como das unidades prisionais. Os dados das instituições de ensino superior público foram consultados frente o portal e-Mec (sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil, já dos dados referentes às prisões estaduais foram obtidos junto ao site da Secretaria de Administração Penitenciária do estado (SAP-SP). Além de quantificar as instituições a serem estudadas, é fundamental construir suas distribuições espaciais para assim proceder as primeiras análises.

A utilização dos recortes de classe, raça e gênero neste cenário se faz necessário para identificar quem são os sujeitos e sujeitas diretamente afetados e afetadas pelas instituições estudadas. Além disso, o uso da perspectiva interseccional - classe, raça e gênero - na construção da análise aponta para as desigualdades que subsistem na produção dos territórios estudados:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Deste modo, tabelas, gráficos e principalmente mapas temáticos (IDH, Renda, Distribuição por Raça ou Cor, Taxa de Homicídios, Escolaridade, etc...) serão construídos e utilizados com o intuito de propor o entendimento das lógicas territoriais que compreendem a distribuição dos dois sistemas (prisional e ensino superior público).

Como pontuado anteriormente, também é de fundamental importância entender as relações sociais refletidas pela seletividade do uso do território, o que traz em destaque o histórico e a materialidade das relações sociais do espaço estudado. Assim, os capítulos que aqui seguem trarão consigo uma base teórica e conceitual a respeito das relações sociais e das contradições que fundam o ensino superior público no estado de São Paulo bem como o sistema prisional paulista.

Já para tratar sobre as relações entre sistema prisional e o sistema de ensino superior público fez-se o levantamento das iniciativas e das ações em que as instituições públicas de ensino superior estiveram envolvidas junto às unidades prisionais. Tal levantamento levou em consideração as possibilidades de trabalhos de pesquisa, extensão e ensino e usou os principais portais das instituições de ensino (repositórios institucionais, site institucional, site das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão entre outros, além do site do próprio portal da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP-SP), FUNAP¹⁷(Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel de Amparo ao Preso) e das agências de fomento à pesquisa FAPESP e CAPES.

O trabalho portanto está dividido em três partes principais: a primeira parte contempla o capítulo da “**Introdução**” e os capítulos de caracterização dos territórios de estudo intitulados “**O ensino superior público paulista e a produção do seu território**”; e “**As unidades prisionais paulistas e a produção de seus territórios**”. Em um segundo momento, o trabalho se aprofunda na análise do recorte de uma região chave do estado, com o enfoque em duas mesorregiões já mencionadas nos capítulos: “**Caso 1 - A mesorregião de Presidente Prudente**” e “**Caso 2 - A mesorregião de Araçatuba**”.

Por último o trabalho se encerra no capítulo: “**Proposições**” no qual pretende-se sistematizar as análises produzidas ao longo do trabalho, Diversas partes trabalhadas anteriormente deverão voltar à tona em tom de conclusão, tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista prático e pragmático dos dados levantados. Mas, para além de uma síntese do trabalho, este capítulo visa contribuir novamente com a importância e responsabilidade das instituições de ensino superior para com as pessoas privadas de liberdade, bem como de toda a sociedade. Também é um mote deste capítulo a apresentação de iniciativas que visam contribuir para a construção de uma relação mais sólida entre a

¹⁷ A FUNAP – Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso – planeja, desenvolve e avalia programas sociais para os presos e egressos (ex-presidiários) das penitenciárias do Estado de São Paulo, em conjunto com a SAP.

universidade e o cárcere. Destaca-se aqui as possibilidades, os projetos e práticas descobertas que assumem a responsabilidade da educação superior frente ao cárcere antes, depois e durante a pesquisa do trabalho de graduação individual. Do mesmo modo o trabalho também busca apontar para o potencial da universidade e das instituições de ensino superior público na luta pelo desencarceramento no estado de São Paulo, na luta contra o genocídio da população preta, na oposição à guerra às drogas¹⁸ e demais ditames da necropolítica¹⁹.

¹⁸ Guerra às drogas é um termo aplicado as narrativas e práticas de proibição de drogas, ajuda militar e intervenção militar, com o intuito de definir e reduzir o comércio ilegal de drogas iniciada nos anos 1980 nos EUA e exportada para diversos países do mundo como o Brasil.

¹⁹ Idem nota 15

2 - O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO PAULISTA E A PRODUÇÃO DO SEU TERRITÓRIO

2.1 - CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO PAULISTA

São Paulo é a unidade da Federação mais rica do país. Seu desenvolvimento fora vertiginoso ao longo do século XX concentrando em seu território as principais atividades econômicas que transformaram rapidamente a realidade brasileira. As atividades agrárias paulistas voltadas principalmente para a exportação da monocultura do café do final do século XIX e início do século XX, em pouco tempo deram lugar a uma realidade industrial e urbana, produzindo um território com expansão daquilo que o professor Milton Santos (1993) chamou de meio técnico-científico-informacional :

Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação (SANTOS, p. 35, 1993)

Reiterando novamente o pensamento do professor Milton Santos, podemos identificar a presença da ciência e da técnica na produção do território, criando as premissas necessárias ao modo de produção hegemônico vigente. Sendo assim, o ensino superior público e o ensino superior privado do estado de São Paulo refletem, junto às outras instituições presentes neste território historicamente, a força e o desenvolvimento econômico paulista.

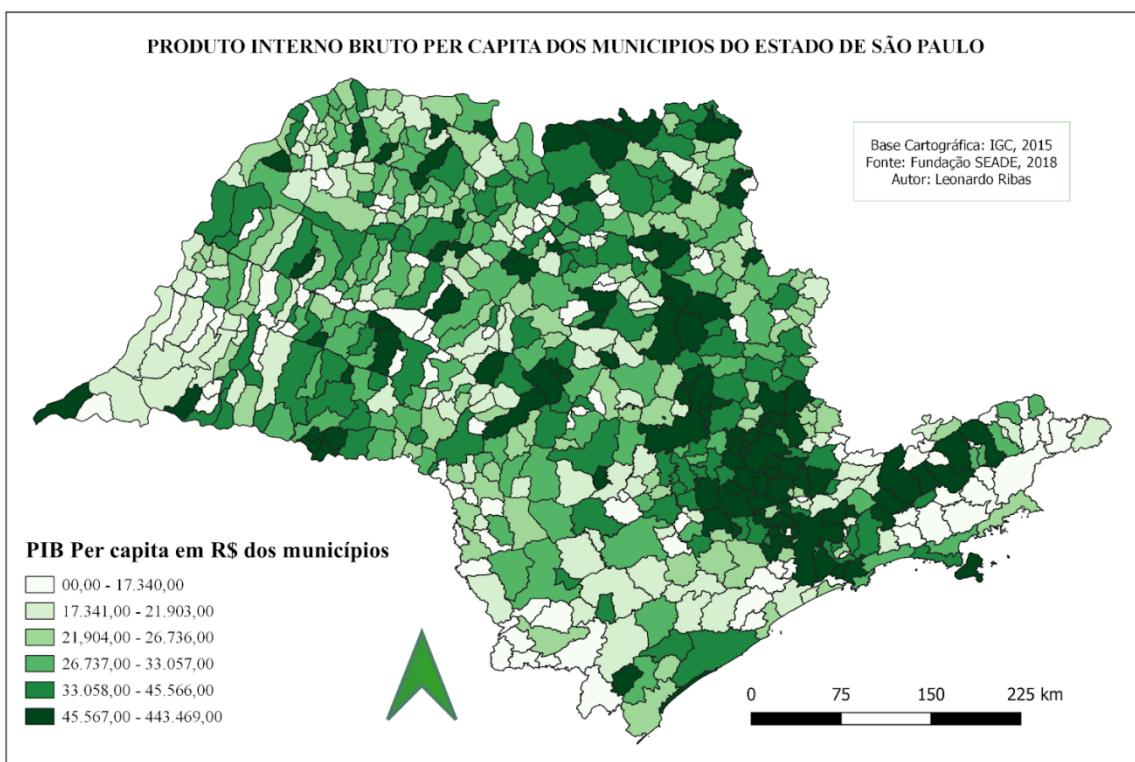
Atualmente, segundo os dados do IBGE e da Fundação SEADE, o estado concentra um terço de todo o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro²⁰ e esbanja força econômica em relação ao contexto nacional, com um crescimento positivo mesmo diante do cenário de pandemia do novo coronavírus²¹. O *Mapa 1* construído com dados da Fundação SEADE de 2018, indica a distribuição do PIB per capita pelo o estado, com destaque para as mesorregião

²⁰ Dados IBGE disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

²¹ “PIB de São Paulo cresce e se destaca em meio à queda da economia nacional e mundial” disponível em <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/pib-de-sao-paulo-cresce-e-se-destaca-em-meio-a-queda-da-economia-nacional-e-mundial-2/>

metropolitana de São Paulo, mesorregião de Campinas e o eixo que interliga a capital ao do Vale do Paraíba.

Mapa 1 - Produto Interno Bruto Per Capita dos Municípios do Estado de São Paulo (2018)



Fonte: Fundação SEADE, elaboração do autor

Assim, a concentração de riqueza e a expansão do meio técnico-científico-informacional paulista se produzem e se relacionam diretamente com o território do ensino superior desta unidade da federação. Não à toa, São Paulo apresenta o maior número de Instituições de Ensino Superior do país, juntamente com a maior taxa de escolarização líquida (que mede o total de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população da mesma faixa etária) da região Sudeste e a quinta do país: 22,9% segundo o Mapa do Ensino Superior de 2021 produzido pelo instituto SEMESP²².

Com 46 milhões de habitantes divididos em 15 regiões administrativas e 645 municípios, São Paulo segue mantendo a liderança em número de matrículas presenciais e EAD no país, além de também possuir o maior número de IES: 609

²² Mapa do Ensino Superior público do Brasil produzido pelo Instituto Semesp disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Mapa-do-Ensino-Superior-Completo.pdf>

que ofertam cursos presenciais e 160 na modalidade EAD (um aumento de 24,0% em relação a 2018, quando 129 IES ofertavam ensino a distância). O estado de São Paulo possui a maior taxa de escolarização líquida (que mede o total de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população da mesma faixa etária) da região Sudeste e a quinta do país: 22,9%. No estado, 52,4% do total de alunos do ensino superior têm até 24 anos. (SEMESP, p. 77, 2021)

O território do ensino superior público do estado conta com universidades, faculdades, institutos de pesquisa e demais tipos de instituições de excelência no ensino superior presentes no **Mapa 2** e reguladas pelos artigos da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996*:

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

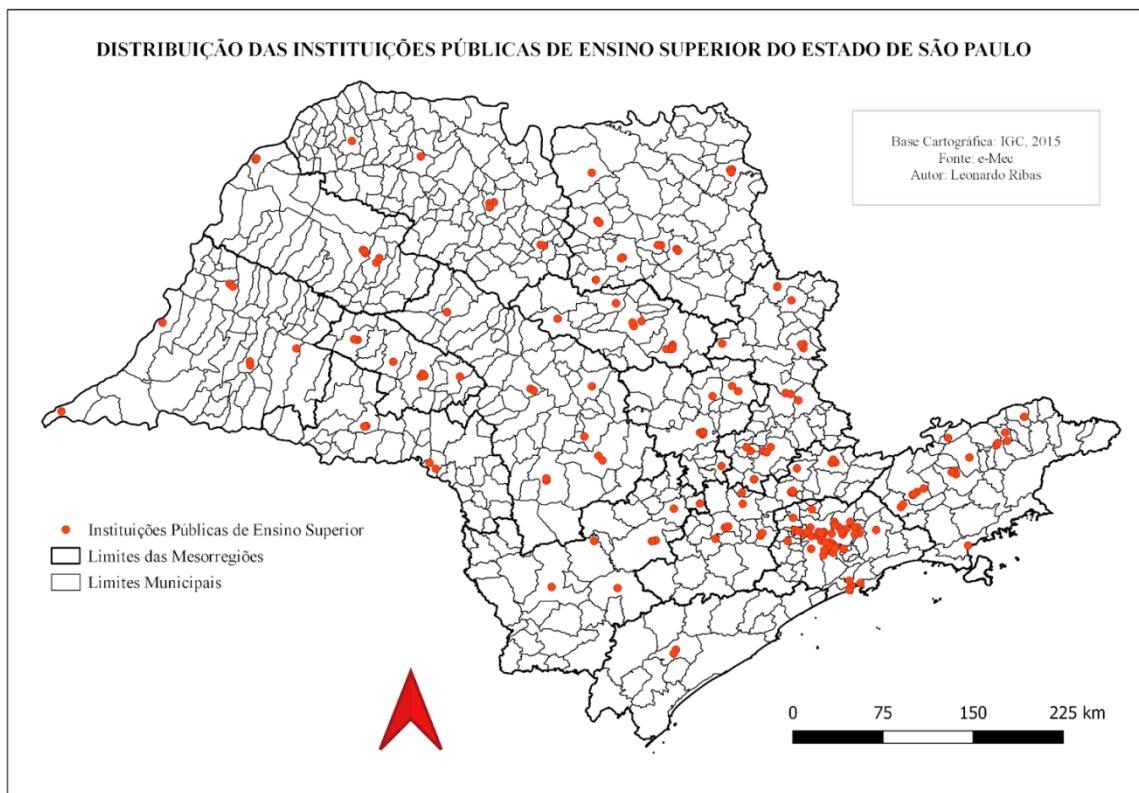
IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

No âmbito da natureza jurídica estadual o estado conta principalmente com as unidades e campus da USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) e ainda as unidades das FATECs (Faculdades de Tecnologia vinculada ao Centro Paula Souza). Já entre as instituições federais de destaque figuram o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), as UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) e UFABC (Universidade Federal do ABC). Em menor número estão as instituições de natureza jurídica municipal entre elas figuram a UNITAU (Universidade de Taubaté), a USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul), e a FMJ (Faculdade de Medicina de Jundiaí).

Vale ressaltar que desde 2012 o Estado de São Paulo conta também com a Universidade Vitural do Estado de São Paulo (Univesp), presente em mais de 380 polos distribuídos em 325 municípios. Trata-se de uma instituição exclusivamente de educação à distância e por isso não a incluímos no nosso mapeamento. Mantida pelo Governo do Estado

a Univesp é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com parcerias com UNESP, USP, UNICAMP entre outros.

Mapa 2 - Distribuição das Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado de São Paulo



Fonte: e-MEC, elaboração do autor.

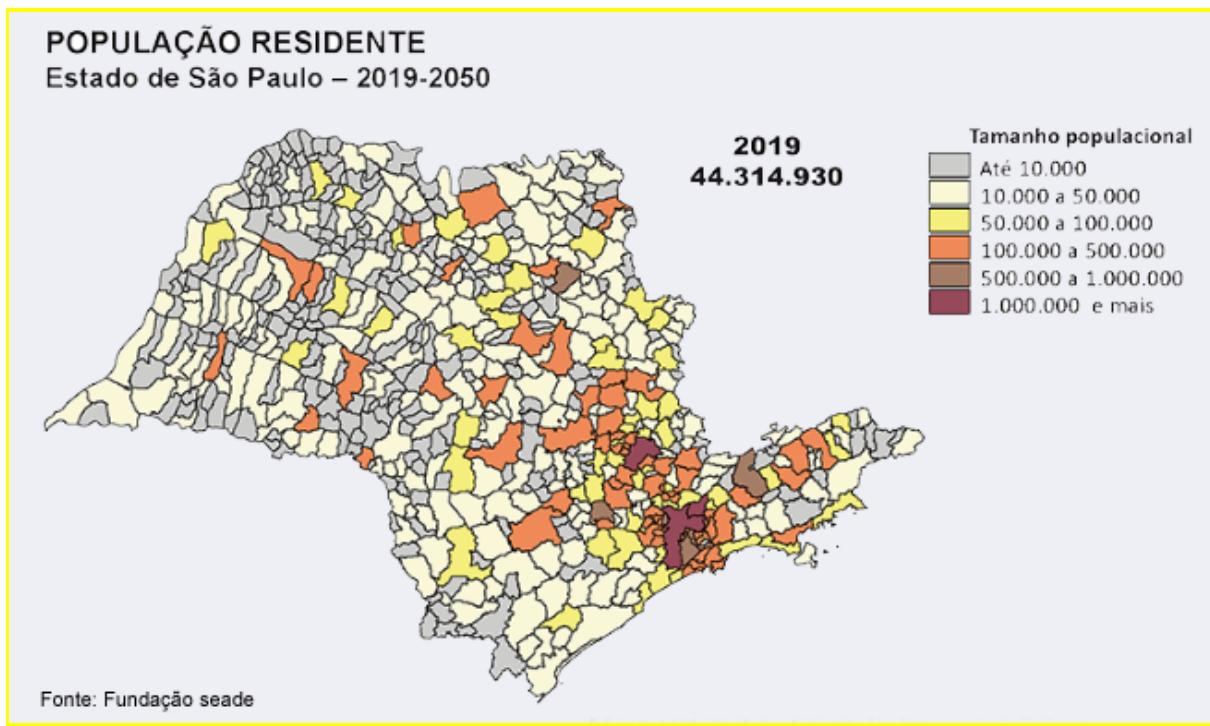
Contradictoriamente, o desenvolvimento econômico e a consequente expansão do meio técnico científico-informacional no estado de São Paulo produziu um território extremamente desigual. O geógrafo escocês Neil Smith (1988, p.217) ao estudar a produção do espaço dentro do capitalismo afirma que o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica das contradições do capital. Esta constatação é fundamental para entendermos as desigualdades presentes no território do estado de São Paulo, símbolo do avanço das relações capitalistas de produção no Brasil, acontecem:

A diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação entre capital e trabalho. À medida em que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para se evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital. A história do capitalismo não é simplesmente cíclica, mas é profundamente progressiva e também se expressa na paisagem. (SMITH, 1988, p.217)

A característica da desigualdade, portanto, perpassa diversas variáveis pelas quais iremos analisar a realidade do território estadual já que essa se apresenta como uma necessidade central dentro do modelo social, político e econômico vigente historicamente neste espaço. As relações materiais de produção, as transformações e crises do sistema capitalista associadas às demais interferências sociais e políticas são refletidas na paisagem e nos usos seletivos do território.

O *Mapa 3* exemplifica a desigualdade estadual citada, bem como a diferenciação entre capital e trabalho. Ao analisarmos a distribuição da população pelo território do estado, encontramos uma enorme concentração populacional ao redor da região metropolitana da capital e outras concentrações menores em outras grandes cidades como Campinas e São José dos Campos. Segundo a Fundação Seade cerca de 40% da população do Estado está concentrada em 9 municípios: São Paulo, Guarulhos, Campinas, São José dos Campos, Santo André, São Bernardo do Campo, Osasco, Sorocaba e Ribeirão Preto²³.

Mapa 3 - Concentração Populacional por município no Estado de São Paulo entre 2019 e 2050



Fonte: Fundação Seade²⁴

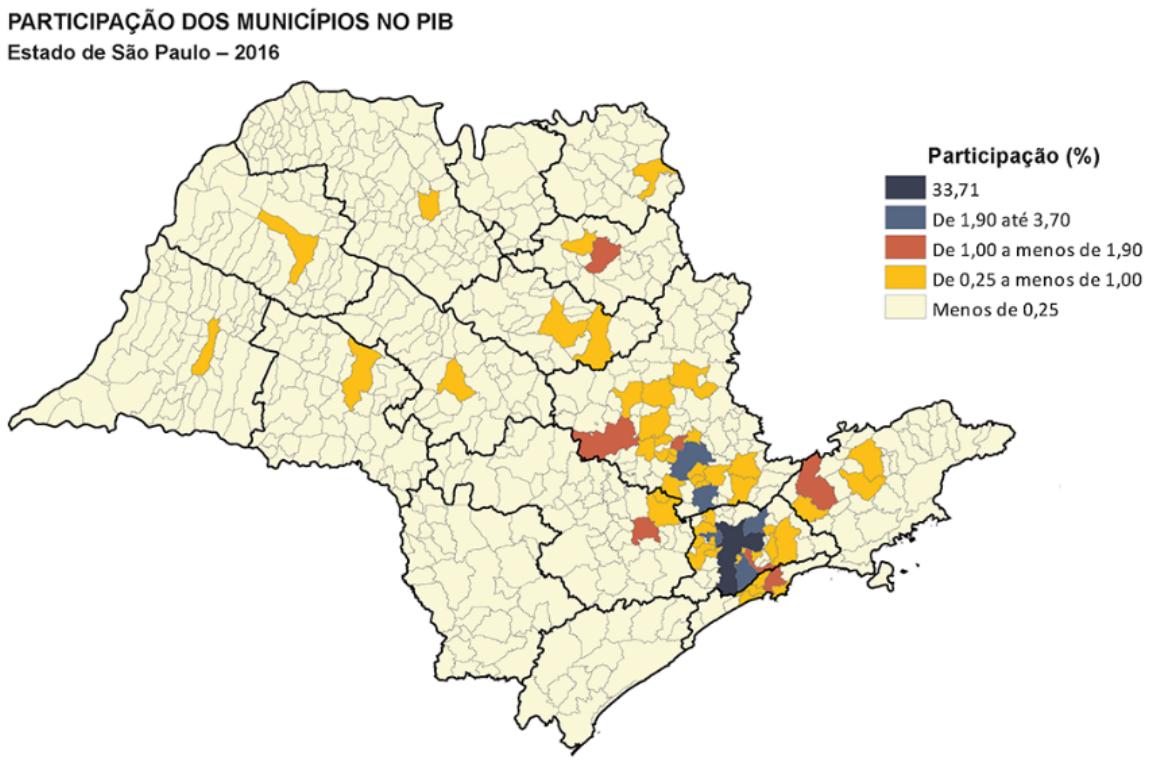
A concentração populacional ao redor da capital e de poucos municípios do Estado, reflete a desigualdade da distribuição das atividades econômicas por esse território. É sabido que a mobilidade da força de trabalho é premissa para a reprodução do modo de produção

²³ Disponível em <http://www.ppa.sp.gov.br/Audiencias/Estado>

²⁴ Disponível em <http://www.ppa.sp.gov.br/Audiencias/Estado>

capitalista²⁵ e que os interesses do capital direcionam hegemonicamente a força de trabalho pelo espaço geográfico. Sendo assim o *Mapa 3* ao indicar os espaços de concentração populacional indica também os espaços pelos quais o capital direciona a maior parte da população do estado para extração de mais-valia, reprodução do modo de produção e garantia das mínimas condições de vida.

Mapa 4 - Participação em % dos municípios no PIB do Estado de São Paulo em 2016



Fonte: IBGE, Fundação Seade

Fonte: Fundação Seade²⁶

Tal relação entre a concentração populacional e a atividade econômica se confirma ao adicionarmos na análise o *Mapa 4* que espacializa a participação dos municípios em porcentagem no Estado. Não por acaso, os municípios que apresentam as maiores populações residentes apresentam também uma maior participação no PIB do estado bem como um alto PIB per capita como indica o *Mapa 1*.

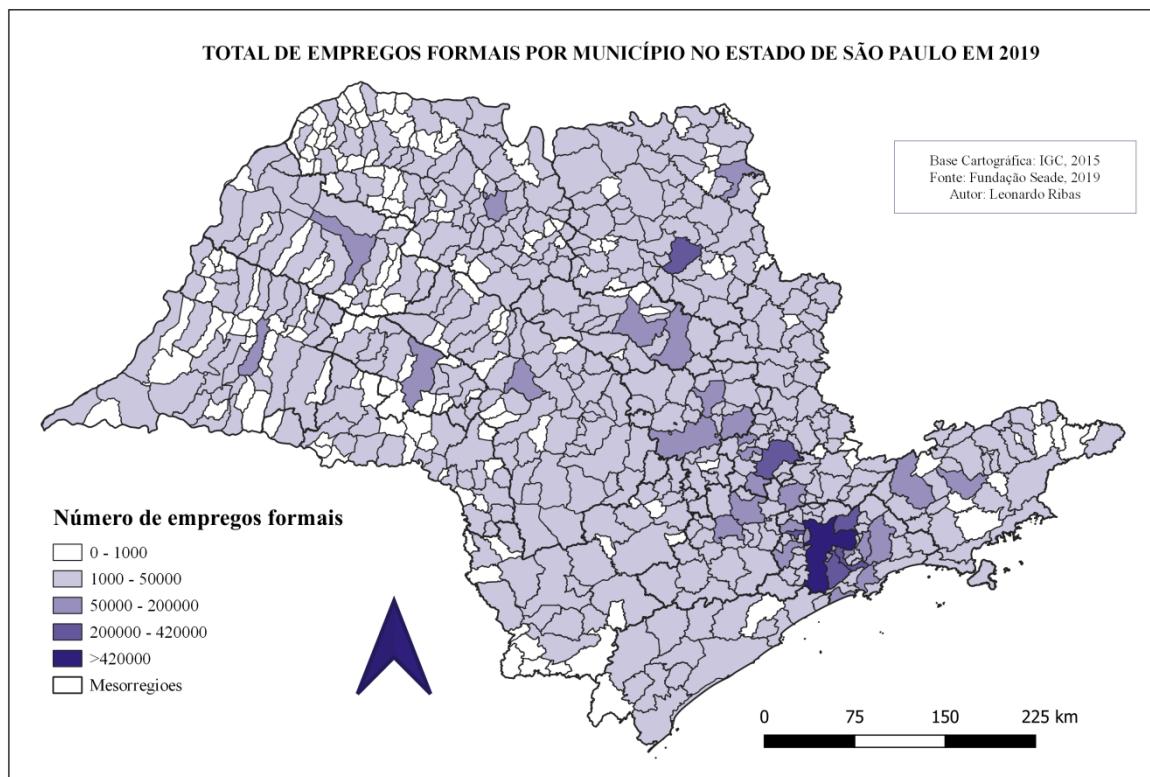
O próprio governo do Estado de São Paulo adianta no portal eletrônico de seu Plano Plurianual (PPA) a dimensão desigual e concentrada de sua economia, indicando como destaque econômico os eixos das rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Dutra. O site também

²⁵ “A mobilidade da força de trabalho como condição da sua mercantilização participa assim na constituição da forma fantástica que tomam as relações sociais sob o capitalismo, contrariamente a certos modos de produção anteriores”. (GAUDEMAR, p.198, 1977).

²⁶ Disponível em <http://www.ppa.sp.gov.br/Audiencias/Estado>

destaca os municípios e os entornos de Santos e Sorocaba, além de alguns centros regionais como São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru e Marília²⁷. Novamente esta seletividade da capital frente ao território pode ser visualizada no **Mapa 5** ao tratar da distribuição dos empregos formais por município na unidade da federação.

Mapa 5 - Total de empregos formais por município no Estado de São Paulo em 2019



Fonte: Fundação SEADE, elaboração do autor

Deste modo, as áreas de maior concentração das atividades econômicas concentram além do contingente populacional: a riqueza produzida e o meio técnico científico-informacional do território estadual. Como visto anteriormente o meio técnico científico-informacional corresponde a seletividade do modo de produção e exprime também no território os usos seletivos desta lógica. Portanto, a distribuição das instituições públicas de ensino superior no Estado seguem em grande medida a lógica desigual do modo de produção em curso.

²⁷ Disponível em <http://www.ppa.sp.gov.br/Audiencias/Estado>

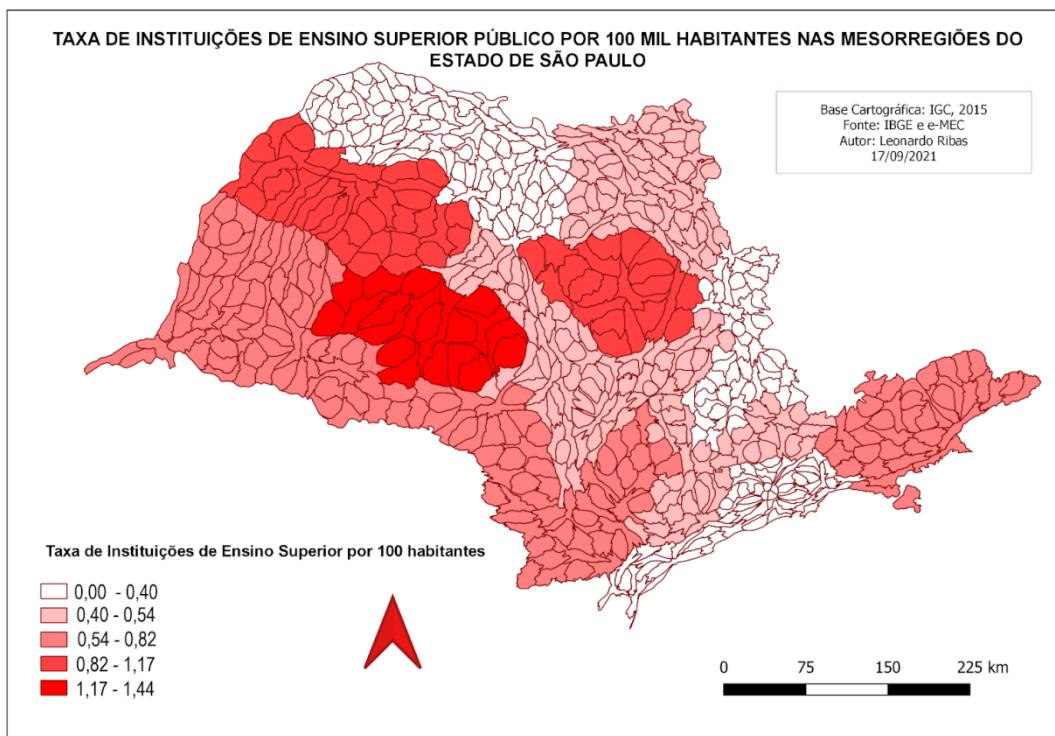
Se voltarmos à *Tabela 2²⁸* presente no primeiro capítulo deste trabalho percebemos que em números absolutos, as instituições públicas de ensino superior se avolumam justamente nas mesorregiões de maior PIB, maior número de empregos formais, maior contingente populacional e de maior número de atividades econômicas. A quantidade absoluta de instituições públicas de ensino superior indicam que a mesorregião metropolitana de São Paulo, seguida da mesorregião de Campinas e da mesorregião macro metropolitana de São Paulo são as regiões com maiores quantidades de instituições.

Porém o dado absoluto desta informação esconde algo de suma relevância na análise do território das instituições públicas de ensino superior: as áreas de maior relevância econômica e produção de riqueza, não garantem à maior parte de sua população o acesso ao direito à educação superior. Tal constatação se materializa ao analisarmos na mesma *Tabela 2* a coluna com as taxas de instituições de ensino superior público por 100 mil habitantes nas mesorregiões do Estado de São Paulo.

Figura 1 - Anamorfose das taxas de instituições de Ensino Superior Público por 100 mil habitantes nas mesorregiões do Estado de São Paulo²⁹

²⁸ Tabela 2 - Taxa de instituição de ensino superior público por habitantes das mesorregiões no estado de São Paulo, elaborado pelo autor presente na página 8

²⁹ Calcula-se a taxa de instituições de ensino superior público por 100 mil habitantes dividindo o número de instituições públicas de ensino superior de cada mesorregião, pelo número de habitantes desta mesma mesorregião. Então, multiplica-se o resultado por 100.000. O objetivo é permitir a comparação entre locais com diferentes tamanhos de população, permitindo a comparação proporcional. Ou seja, a mesorregião metropolitana da capital é a mais populosa do Estado, portanto, o número de Instituições é naturalmente o maior; por outro lado, usando a taxa por 100 mil habitantes, a região metropolitana de São Paulo tem relativamente menos instituições de ensino superior pública do que outras mesorregiões. Já a anamorfose leva em conta justamente tal taxa de instituições ensino superior público por 100 mil habitantes para distorcer a área das mesorregiões do estado, portanto, quanto maior a taxa de de instituições ensino superior público por 100 mil habitantes nas mesorregiões maior será a distorção de sua área.



Fonte: e-MEC, elaboração do autor

Ao contrário dos dados absolutos, o dado relativo de instituições de ensino público superior por 100 mil habitantes evidencia outra dimensão da distribuição dessas instituições no território. Com base nesse tipo de levantamento, as mesorregiões de Marília, Araraquara e Araçatuba possuem o maior número de instituições de ensino público superior por habitantes no Estado de São Paulo com taxas de instituições de ensino superior público por 100 mil habitantes cinco vezes maiores que a mesorregião Metropolitana da capital. Outra região que também apresenta tal contradição entre o número absoluto de instituições públicas de ensino superior e a sua taxa por 100 mil habitantes é a mesorregião de Campinas, a segunda mais populosa do Estado e que também tem grande destaque econômico no Estado.

Tais análises exemplificam outra escala da desigualdade estadual, que se materializa na diferenciação espacial dentro das próprias mesorregiões, dos grandes centros urbanos e da metrópole tal como indica a professora Ana Fani (2005)

A metrópole concentra grande proporção da riqueza nacional sem, no entanto, esconder uma profunda desigualdade marcada na paisagem dos “lugares da metrópole” distantes da “cidades dos negócios” - as periferias segmentadas e sem referências, onde o narcotráfico, como novo e poderoso setor da economia, define suas estratégias como consequência do desenvolvimento do mundo da mercadoria

-revelando o fenômeno urbano em suas contradições vividas no plano da prática socioespacial, como segregação. (CARLOS, Ana Fani, p. 36, 2005).

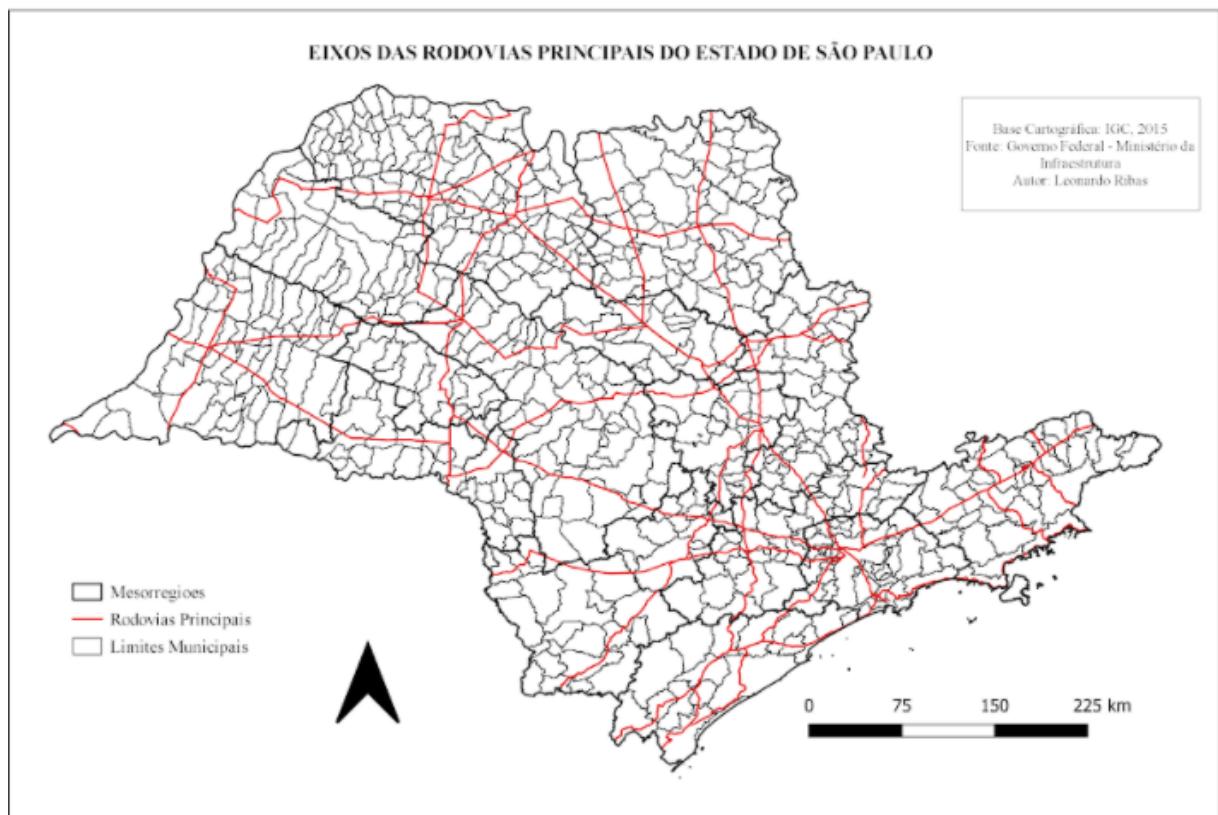
Portanto, a configuração e produção do território do sistema de ensino superior público do Estado de São Paulo corresponde em dados absolutos e relativos à desigualdade que se faz presente no desenvolvimento das forças produtivas do capital em todo o Estado. As unidades das instituições públicas de ensino superior se concentram nos centros de maior desenvolvimento do meio técnico científico-informacional paulista, - sobretudo nas mesorregiões Metropolitana de São Paulo, Campinas, e Vale do Paraíba - uma vez que é através deste meio que o capital avança e circula pelo território³⁰.

A relação do avanço do meio técnico científico-informacional junto da presença massiva das instituições de ensino superior público se expressa também na configuração de outros centros econômicos regionais. Sobretudo nas rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Dutra. Além de se fazer presente também nos municípios e nos entornos de Santos e Sorocaba, além de alguns centros regionais como São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru e Marília (justamente as áreas destacadas por sua força econômica pela Fundação SEADE).

Já nos termos das taxas de instituições de ensino superior público por 100 mil habitantes a configuração territorial do ensino superior público paulista, indica que mesmo tendo um volumoso número de instituições públicas de ensino superior, os principais centros econômicos do Estado estão longe de dar vazão às necessidades de acesso à educação superior de sua população. A constatação é visível uma vez que justamente nas mesorregiões de maior desenvolvimento econômico, maior contingente populacional e maior quantidade de instituições públicas de ensino superior tais taxas se apresentam menores.

³⁰ “Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação “.(SANTOS, p. 35, 1993)

Mapa 6 - Eixo das Rodovias Principais do Estado de São Paulo



Fonte: Governo Federal - Ministério da Infraestrutura, elaboração do autor

Isto posto, a configuração territorial do ensino superior público do Estado de São Paulo revela duas características fundamentais para entendermos sua produção e reprodução: o caráter desigual em sua distribuição espacial e a incapacidade de garantia dos direitos à educação superior à população deste território.

Como vimos ao longo deste tópico, a desigualdade e seletividade espacial do sistema de educação superior público paulista se dá pela íntima relação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no estado e a respectiva expansão do meio técnico científico-informacional. Do mesmo modo e em paridade podemos explicar a assimetria da distribuição da população, da renda, das oportunidades de trabalho e crescimento econômico estadual. Já a garantia dos direitos à educação superior à população do Estado trataremos no próximo tópico.

2.2- O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO

O sistema de educação superior do Estado de São Paulo, como mencionado anteriormente, é o maior do país. Nem a presença marcante de instituições públicas paulistas no cenário acadêmico fez a dinâmica deste Estado se diferenciar do ensino superior brasileiro como um todo no que diz respeito à garantia e ao direito da educação superior.

Mesmo com a expansão das políticas de inclusão nos últimos 20 anos, o acesso ao ensino superior brasileiro ainda está restrito a uma parcela pequena da população. Dados levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep),³¹ em 2019, demonstram que apenas 20% da população entre 25 e 34 anos aproximadamente possui um diploma de nível superior no País. De acordo com o levantamento, 40% dos ingressantes em universidades, em 2019, pertenciam aos 20% da população com maior poder econômico ainda em 2019 só 5% pertenciam aos 20% mais pobres da população.

O gráfico abaixo (*gráfico 1*) elaborado pelo governo do Estado de São Paulo e a Fundação pelo Desenvolvimento da Educação (FDE) tem como fonte os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2018 juntamente da Pnad Contínua 2019, complementados com informações da base do Banco Sidra – 2019 do IBGE³² e demonstra a realidade excludente da educação superior estadual ao indicar a distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais por nível de instrução e sexo entre os anos de 2016 e 2019 no Estado de São Paulo.

Neste gráfico podemos perceber que a realidade do acesso ao ensino superior em São Paulo se aproxima em muito à realidade nacional levantada pelo INEP. Apenas 22,8 % da população acima de 25 anos de idade possui o ensino superior completo. Ainda do restante 41,8 % não possui o ensino médio completo o que evidencia ainda mais a situação problemática do acesso à educação no Estado. A diferenciação dos dados por gênero revela

³¹

Disponível

em:

<https://www.gov.br/inep/ptbr/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>

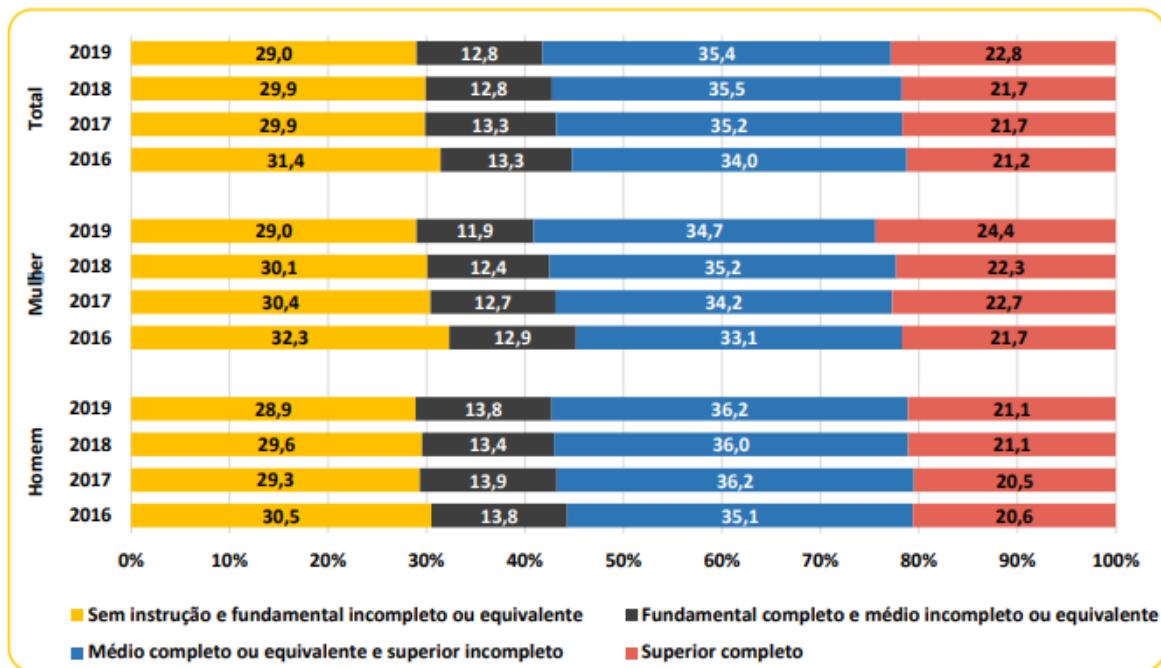
³²Disponível

em

<http://arquivo.fde.sp.gov.br/fde.portal/PermanentFile/File/Escolaridade%20e%20Escolariza%C3%A7%C3%A3o%20-%20PNAD%20CONTINUA%202019.pdf>

uma pequena diferença entre homens e mulheres, com uma escolaridade feminina um pouco maior.

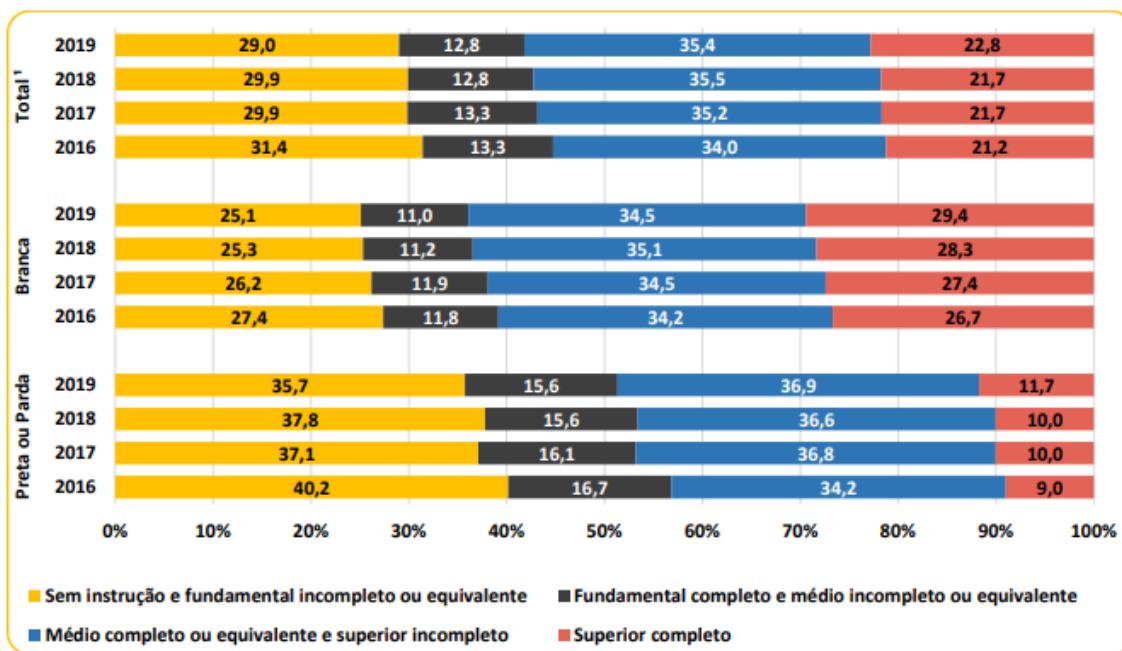
Gráfico 1 - Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais por nível de instrução e sexo entre os anos de 2016 e 2019 no Estado de São Paulo.



Fonte: FDE e Governo do Estado de São Paulo

Quando acessamos a distribuição percentual dessa mesma parcela da população de 25 anos ou mais por nível de instrução e adicionamos o critério da raça a desigualdade produzida pelo racismo estrutural nos salta aos olhos. O percentual de pessoas brancas em São Paulo com ensino superior completo é quase 3 vezes superior ao percentual de pessoas pretas e pardas com este mesmo nível de ensino. Na mesma lógica, o número percentual de pessoas nesta faixa etária sem instrução ou com ensino fundamental incompleto é sintomaticamente maior em pessoas pretas e pardas.

Gráfico 2 - Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais por nível de instrução cor/raça entre os anos de 2016 e 2019 no Estado de São Paulo.



(¹) O total inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas ou cor ignorada.

Fonte: FDE e Governo do Estado de São Paulo

Tal como a distribuição de suas instituições de ensino superior público pelo território, o acesso à educação superior no Estado de São Paulo se faz de maneira desigual. Neste contexto, atrela-se a seletividade do acesso ao ensino superior à cor/raça e à renda uma vez que as possibilidades de ingresso na educação superior não são democráticas. A falta de oferta de vagas nas instituições públicas, o sucateamento da educação básica pela gestão neoliberal, a escolha pela ampliação do sistema privado em detrimento do sistema público de educação superior são alguns dos fatores que reproduzem a desigualdade de acesso.

Os dados reunidos abaixo na *Tabela 3* são o reflexo de como a realidade do ensino superior não é para todos. Ao analisarmos os dados de condição de estudo e situação de ocupação da população do Estado entre 15 a 29 anos, percebemos pelo número de jovens Ocupados e não estudando, que ao findar a idade regular da Educação Básica (17 anos), a maioria dos jovens deixam de frequentar os espaços de educação para se dedicar ao trabalho. Consequência direta de uma condição social material que obriga os jovens a ajudarem a renda em casa ou se sustentarem sozinhos.

Tabela 3 - Estado de São Paulo: Pessoas de 15 a 29 anos por grupos de idade, condição de estudo e situação de ocupação.

Condição de estudo e situação de ocupação	(dados em mil pessoas)								
	15 a 17 anos			18 a 24 anos			25 a 29 anos		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Total	2.165	2.086	1.985	4.556	4.576	4.719	3.399	3.324	3.180
Não ocupada e estudava	1.701	1.658	1.555	839	841	861	139	140	155
Ocupada e não estudava	68	71	45	1.731	1.710	1.803	2.140	2.071	1.954
Ocupada e estudava	245	196	227	895	847	854	416	416	391
Não ocupada e não estudava	151	162	158	1.091	1.178	1.201	704	697	679

Fonte: FDE e Governo do Estado de São Paulo

Aqui cabe uma reflexão sobre a importância do ensino superior e sua relação com a renda e a classe social. Em seu trabalho sobre a ampliação do acesso ao ensino superior privado no Brasil, Almeida (2012)³³, discute como historicamente este tipo de ensino esteve ligado a ascensão social no capitalismo, recebendo a alcunha de “elevador social” por alguns autores da sociologia:

Diversos autores discutiam a expansão do ensino superior tendo como base um ponto comum: a emergência das camadas sociais médias a partir da aquisição do conhecimento escolar. Em decorrência, as transformações econômicas e sociais que ocorreram nesse momento histórico, em nível mundial, permitiram o aparecimento de novos canais de ascensão social, centrados na passagem pela escola e consequente obtenção de certificados e diplomas(...). No essencial trata-se do desenvolvimento das classes médias (...) ocorrido com maior complexidade do sistema capitalista, a metáfora do “elevador social”, indicando o papel exercido pela educação escolar na elevação do status social e da renda obtidos pela ocupação das posições mais vantajosas no mercado é emblemática de tal período. (W. M. Almeida, p.28, 2012)

De fato, a realidade desigual produzida historicamente pelo modo de produção instalado no território paulista, inseriu e insere historicamente seletividades como a de classe, raça e gênero nas mais diversas dimensões da vida, sobretudo nos direitos sociais tal qual à educação superior. Sendo assim, algumas reflexões precisam ser feitas frente a essa realidade: Qual o impacto da falta de acesso à educação superior na vida da juventude pobre e negra do estado do Estado de São Paulo? Em que medida essa desigualdade de raça/ cor, renda e gênero presente no ensino superior se relaciona com as unidades prisionais? Como o governo do Estado tem atuado historicamente frente a esta realidade? Como funciona esta lógica de produção de desigualdades? Antes de tratar das demais questões, esboçarei caminhos para

³³ ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

elucidarmos pontos fundamentais da lógica da produção do território do ensino superior público em São Paulo.

2.3- SOBRE LÓGICA ESPACIAL DO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR PAULISTA

Não é possível esmiuçar aqui em detalhes as nuances, os interesses e as rationalidades que produziram ao longo de várias décadas o território do ensino superior público paulista. Porém alguns apontamentos a respeito sobre tal lógica podem ser feitos com base em alguns documentos e trabalhos de pesquisa centrais.

O primeiro deles trata sobre financiamento estadual da educação pública realizado pelo então governador de São Paulo, Orestes Quérzia (1938-2010), ao assinar no dia 2 de fevereiro de 1989, o Decreto nº 29.598, dispondo sobre providências para alcançar a autonomia universitária. Neste decreto além de regular o orçamento das instituições de ensino superior público junto à alíquota de 8,4% do ICMS³⁴ na época reajustado para 9,57% atualmente; foi instituído ao CRUESP³⁵ (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo) criado em 1987, a responsabilidade da gestão dos recursos financeiros estaduais destinados ao ensino superior público.

O decreto também institui dois outros pontos cruciais na discussão sobre as desigualdades. O primeiro é a discrepância entre os recursos destinados a USP, UNESP e UNICAMP frente outras instituições de competência estadual tal como aponta o artigo de Sueli Batista:

Ao contrário, para a Rede Estadual de Educação, para a FAMEMA, para a FAMERP e para o CEETEPS, não há dotação orçamentária mensal, há apenas definição de orçamento global, com valores definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), os quais, a critério do governo, podem ser contingenciados, ou seja, limitados. Também não há garantia de mínimo repasse mensal, ficando estas instituições à mercê da vontade

³⁴ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

³⁵ “O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) é constituído pelos reitores da USP, Unicamp e Unesp e pelos secretários de Desenvolvimento Econômico e da Educação. Tem como principais objetivos fortalecer a interação entre as Universidades, propor possíveis formas de ação conjunta, conjugar esforços com vistas ao desenvolvimento das universidades, assessorar o Governador em assuntos de ensino superior, analisar e propor soluções para as questões relacionadas com o ensino e pesquisa nas Universidades Estaduais. O decreto estadual 26.914, de 15 de Março de 1987, dispõe sobre o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais.” disponível em <https://sites.usp.br/cruesp/institucional/>

dos governos de plantão, que, frequentemente, têm contingenciado os recursos destas instituições, inclusive não repassando os valores obtidos a partir de emendas parlamentares, discutidas e aprovadas pela Assembleia Legislativa de São Paulo, quando da discussão e votação do Orçamento Estadual. Vê-se, portanto, que apenas a definição legal não garante às instituições públicas de ensino no estado de São Paulo o correto financiamento de suas necessidades. (BATISTA, S; QUIRINO; LIMA, p.120, 2019)

O segundo está justamente na composição e atribuição do CRUESP, o órgão de gestão dos recursos públicos voltados à educação superior estadual. O quanto democrático é deixar sob exclusiva responsabilidade dos reitores das universidades estaduais e dos Secretários Desenvolvimento Econômico e da Educação, todo orçamento das instituições públicas de ensino superior? Qual a consulta que o órgão responsável faz junto aos estudantes, professores e servidores dessas instituições? E às das demais partes da população paulista? A qual lógica o CRUESP corresponde?

Outro documento que nos indica pontos importantes da lógica da produção do território das instituições públicas de ensino superior no estado de São Paulo recebeu a denominação de *Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior*³⁶, que data de 2001, publicado na forma de uma resolução do CRUESP.

Tal documento é importante, uma vez que foi redigido em um contexto de grande demanda pelo ensino superior uma vez que o número de egressos do ensino médio no estado cresceria. Neste sentido o governo do Estado de São Paulo buscou discutir alternativas para expandir seu sistema de ensino superior, através de planos, comissões, fóruns³⁷ e demais tratativas.

Ao analisar os pontos principais deste documento em seu trabalho sobre a expansão das ETEC's e FATEC's, FIALA aponta o seguinte:

A principal proposta do documento era a de se investir numa expansão do ensino superior via cursos sequenciais ou básicos: “dessa expansão e diversificação de cursos de nível superior, diferentes da graduação (cursos sequenciais e básicos), devem ficar encarregadas outras instituições públicas de nível superior [...] poderão ser as FATECs [...]” (CRUESP, 2001, p. 3). (FIALA, p.94, 2016)

³⁶ CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO. Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior. São Paulo: Cruesp, 2001.

³⁷ Destaca-se aqui a criação da Comissão Especial para Expansão do Ensino nas Universidades Estaduais Paulistas em 2001; o I Fórum de Políticas Universitárias que aconteceu na Universidade de São Paulo nos meses de novembro de 2000 e março de 2001 e posteriormente o Plano Diretor de Expansão do Ensino Superior elaborado no período 2005- 2006, como proposta da então Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTDE) e contou com apoio de outras instituições de pesquisa.

Tal constatação é fundamental, pois é a partir da premissa dos cursos sequências ou básicos, diferentes dos cursos de graduação, que o governo do Estado de São Paulo expandiu o território do ensino superior. Através da justificativa de uma política pública de expansão do ensino superior baseada na austeridade fiscal, o governo do Estado seleciona não apenas em qual parte do território vai privilegiar com a oferta do ensino superior público, mas também qual a natureza dos cursos e instituições:

Então, as FATECs surgem como alternativa para a expansão e, no decorrer da redação do documento, citam que as universidades não poderiam passar por tal expansão por causa dos altos custos. Cita-se que uma expansão do Centro Paula Souza, por causa da não obrigatoriedade da pesquisa, diminuiria os custos, sem dizer que “a formação após o ensino médio, [...] através dos cursos de graduação tradicionais, [...] [ou] com outras finalidades, como os cursos técnicos, tecnológicos e [...] cursos sequenciais de formação específica ou de complementação de estudos” (CRUESP, 2001, p. 5) atenderia à demanda social. (FIALA, p.94, 2016)

Expõe-se aqui portanto a prioridade do governo do Estado em cursos voltados diretamente para o mercado de trabalho e portanto, aos interesses diversos do capital no Estado, sobretudo a formação de mão-de-obra especializada . As universidades, a pesquisa e os cursos de graduação se tornam nesta lógica uma impossibilidade, e recebem cada vez menos recursos, aumentando ainda mais a seletividade na produção de seus territórios.

Por último, vale a pena citar as metas que versam sobre o ensino superior presentes no terceiro documento de relevância deste trabalho, o Plano Estadual de Educação de São Paulo, de julho de 2016³⁸:

Meta 11 - Ampliar em 50% (cinquenta por cento) as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50%(cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, asseguradas a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

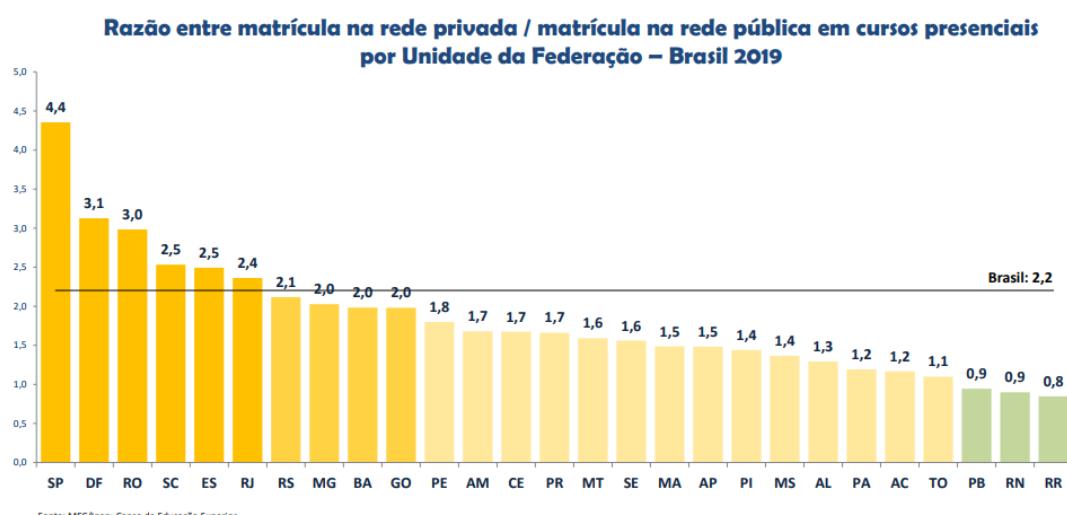
Meta 13 Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema Estadual de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores.

³⁸ SÃO PAULO. Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016. **Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências.** Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>

Quinze anos depois em um documento com status de lei a mesma lógica para o ensino superior apresentada na resolução do CRUESP em 2001 se faz presente. A **Meta 11** indica que dentre diversas opções a serem propostas para complementar a educação básica (cursos de graduação, cursos sequenciais e básicos entre outros) o documento foca na formação profissional técnica de nível médio como parte de sua política de austeridade.

As demais metas (12 e 13) se mostram tímidas frente ao problema da democratização do ensino superior no Estado de São Paulo e demonstram outro ponto fundamental do ensino superior no Estado: a força e grande expansão da rede privada. Enquanto a produção do território do ensino superior público encontra empecilhos, cortes nas políticas de expansão de suas atividades e dificuldades; o ensino superior privado avança no Estado no ritmo de um grande mercado lucrativo em consolidação.

Gráfico 3 - Razão entre matrícula na rede privada e a rede pública em cursos presenciais de graduação por Unidade da Federação - Brasil 2019



Fonte: MEC, INEP, Censo da Educação Superior

No **gráfico 3** logo acima vemos pelos dados do Censo da Educação Superior de 2019 que das unidades da federação, São Paulo é a que apresenta o maior valor de razão entre as matrículas da rede privada e as matrículas na rede pública em cursos presenciais de ensino superior. A diferença de oferta e investimento entre a esfera privada e a pública do ensino superior, culmina no percentual expressivamente alto dos estudantes matriculados em cursos presenciais privados do estado de São Paulo, 81,3% frente os 18,7 matriculados nos ensino superior público segundo o Mapa do Ensino Superior do Brasil de 2021 elaborado pela Semesp.

3 - AS UNIDADES PRISIONAIS PAULISTAS E A PRODUÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS

3.1 - CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISTEMA PRISIONAL PAULISTA

Vimos que a riqueza acumulada historicamente no Estado de São Paulo, produziu e produz um território privilegiado nacionalmente do ponto de vista do meio técnico científico-informacional. Também discutiu-se aqui que tanto a riqueza quanto desenvolvimento do meio técnico científico-informacional estadual se deu associada e intrinsecamente ligada à produção de desigualdades em diferentes escalas.

Em termos contraditórios, o território paulista acumula o maior sistema penitenciário, juntamente da maior população carcerária do país. Segundo os dados do Monitor da Violência 2021, a unidade da federação paulista abriga hoje 31% de toda população carcerária em suas unidades prisionais, muito acima de todas as outras unidades federativas. Minas Gerais, o Estado que possui a segunda maior população carcerária, não registra nem um terço da população carcerária paulista, totalizando 9% da população carcerária brasileira. Como explicar a contradição presente no fato do estado mais rico da federação, com os melhores índices econômicos e maior crescimento econômico, possuir a maior população carcerária e o maior sistema penitenciário do país?

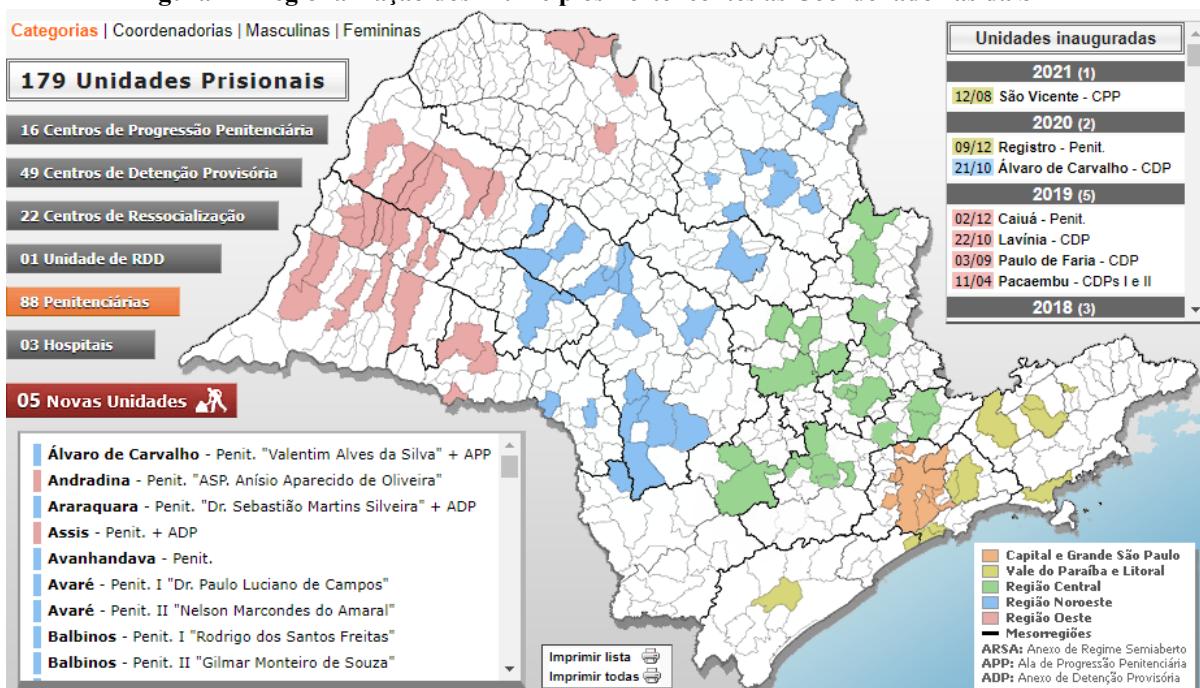
Atualmente o Estado de São Paulo possui 179 unidades prisionais, sendo elas segundo suas categorizações³⁹: 88 Penitenciárias, 49 Centros de Detenção Provisória, 22 Centros de Ressocialização, 16 Centros de Progressão Penitenciária, 3 Hospitais e 1 Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado. A SAP divide e organiza o território dessas unidades em 5 Coordenadorias diferentes: Coordenadoria da Capital e Grande São Paulo; Coordenadoria do Vale do Paraíba e Litoral; Coordenadoria da Região Central; Coordenadoria da Região Noroeste e Coordenadoria Oeste.

Na **Figura 2** logo abaixo temos a exibição do mapa com a regionalização dos municípios pertencentes às respectivas Coordenadorias da Secretaria de Administração Penitenciária. Chama atenção na regionalização proposta pelo Sistema Penitenciário, a fragmentação das coordenadorias e a desconsideração dos limites mesorregionais. A

³⁹ A definição e categorização das unidades prisionais se dá por sua finalidade original, estabelecida na Lei de Execução Penal (LEP, 1984).

Coordenadoria da Região Central por exemplo, registra em sua configuração unidades prisionais em municípios de 5 mesorregiões diferentes. Do mesmo modo as Coordenadorias da Região Oeste, Noroeste e Vale do Paraíba também se espalham por 3 ou mais mesorregiões. Não é o foco aqui discutirmos o critério usado na regionalização e organização das Coordenadorias da SAP, fato é que o vasto território das 179 unidades prisionais do Estado se encontra fragmentado e disposto em todas as 15 mesorregiões paulistas.

Figura 2 - Regionalização dos Municípios Pertencentes às Coordenadorias da SAP



Fonte: SAP⁴⁰

A grande dimensão do território do sistema penitenciário paulista se relaciona diretamente com os altos índices de encarceramento registrados no Estado. Segundo dados do Governo do Estado de São Paulo⁴¹, no ano de 2019 o Estado registrou mais um recorde no número de prisões efetuadas: 184.270, seguindo uma tendência de aumento que já dura décadas. Tal queda só foi amenizada no ano de 2020, mas por consequência da pandemia do novo coronavírus e menos do que uma política pública de desencarceramento.

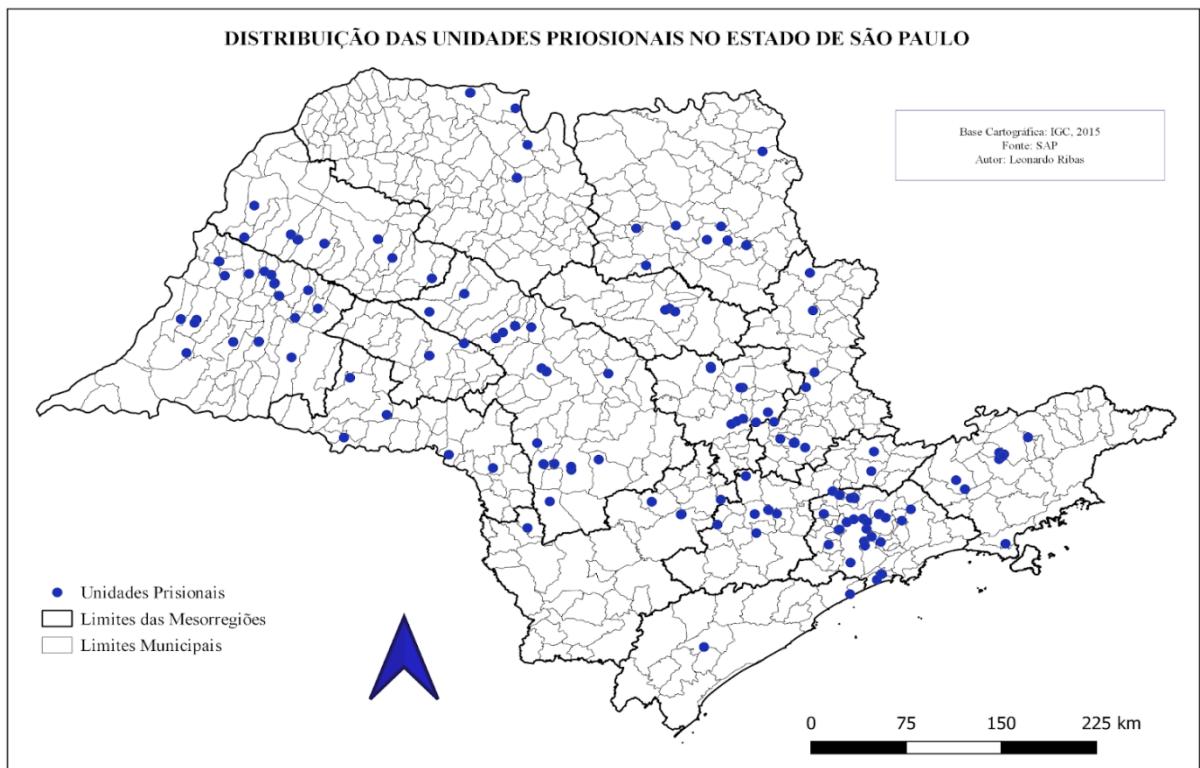
Do ponto de vista histórico, o momento que representa uma grande expansão do sistema prisional do Estado de São Paulo, se deu nas últimas décadas do século XX e início

⁴⁰ Disponível em <http://www.sap.sp.gov.br/>

⁴¹ Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>

do século XXI e é descrito como a *interiorização do sistema penitenciário paulista*. Este período é de suma importância para entendermos a atual produção e localização das 179 unidades prisionais dispostas pelo território do Estado e presentes no **Mapa 7** logo abaixo.

Mapa 7 - Distribuição das Unidades Prisionais no Estado de São Paulo



Fonte: Dados da SAP, elaborados pelo autor

É do mesmo modo interessante analisar tal período específico da história das prisões em São Paulo, pelo fato de representar os anos e décadas de maior aprisionamento no Estado, bem como de construção de unidades prisionais. Justamente no momento em que o desenvolvimento paulista se vê abalado por uma crise política e econômica advinda com fim do regime militar, que a tensão social nas grandes cidades aumenta, elevando também as taxas de encarceramento.

O cenário de crise no capitalismo, pode e grande parte das vezes provoca ainda mais desigualdade com altos índices de desemprego, pobreza, falta de investimentos dentre outras consequências tal como salienta Harvey :

No sistema capitalista, as muitas manifestações de crise - o desemprego e o subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimento, as taxas decrescentes de lucro a falta de demanda efetiva no mercado e assim por diante - podem desse modo remontar à tendência básica de

superacumulação. (...) as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento capitalista. (...) Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. (HARVEY, p. 46, 2005)

O contexto da crise aliado a um apelo midiático das classes médias e das elites locais, culminou em uma maior criminalização da pobreza e aprisionamento da população marginalizada. Barros (2012) em sua tese ao analisar as pesquisas fundamentais de Sérgio Adorno (1991), Edmundo Campos Coelho (2005) e Antônio Luiz Paixão (1987), busca entender o aumento significativo da tensão social o encarceramento no Brasil na década de 1980 e afirma que :

Três trabalhos são exemplares deste ponto de vista. Fazemos referência aos trabalhos publicados ao final da década de 1980, por Sérgio Adorno, sobretudo ao artigo: Sistema penitenciário no Brasil, problemas e desafios, de 1991; A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, 1983; e Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso, de Antônio Luiz Paixão, 1987(...) Embora houvesse diferenças marcantes entre os Estados (sociais, políticas, culturais e históricas), as três pesquisas concluíam praticamente o mesmo veredito: nos anos 1980, com o crescimento dos conflitos, da violência e da criminalidade urbana na sociedade brasileira, as instituições tradicionalmente encarregadas de administrar essas ocorrências entraram numa profunda crise institucional. Fosse pela herança autoritária, ou pelos recursos escassos, ou pelo acúmulo de problemas que envolviam uma institucionalização enfraquecida destas agências de justiça criminal na sociedade brasileira, de qualquer forma, estas instituições estavam muito mais próximas de contribuírem para a criação de novos problemas, do que a função de oferecerem respostas substantivas à crescente sensação de insegurança e aos desgastes constantes na política dada a violência vigente nos estabelecimentos penais e as violações de direitos nelas perpetradas. (BARROS, p. 99, 2012)

Como mencionado anteriormente, a metrópole e as regiões mais ricas são marcadas drasticamente pela desigualdade de riqueza, recursos e acesso aos direitos sociais; o que condena grande parte de seus habitantes a viverem em uma condição social crítica, convivendo dentro do espaço urbano com o desemprego, a fome, a impossibilidade de acesso à educação, a falta de saneamento básico dentre outras mazelas. Tal realidade de desigualdade e *cidadanias mutiladas*⁴² nos termos do professor Milton Santos (1996), produz altíssimos índices de aprisionamento na região metropolitana e na capital.

No caso do Estado de São Paulo a tensão social na capital e região metropolitana junto dos altos índices de aprisionamento, trouxe consigo a deterioração das prisões estaduais

⁴² SANTOS, M. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.). O preconceito. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144

localizadas nessa região, que já apresentavam péssimas condições aos direitos da população encarcerada. Rebeliões, fugas, resgates, motins, mortos e feridos foram as consequências deste processo que aterrorizava os arredores das unidades prisionais e toda a região metropolitana. A grande cobertura e difusão desta crise prisional pelos veículos de comunicação instauraram um terror cotidiano que criou uma enorme rejeição à presença de unidades prisionais nas áreas mais povoadas do Estado.

A partir deste cenário surgem e se materializam as propostas de interiorização do sistema penitenciário estadual, isto é, a construção de unidades prisionais em outras mesorregiões do Estado distante da capital:

Com o objetivo de diminuir a tensão metropolitana, tendo como apelo resolver o problema da superlotação, falta de vagas e aumento do aprisionamento, outras regiões do território paulista passaram a ser requisitadas, com frequência cada vez maior, para expansão do sistema penitenciário estadual. Este, então, ultrapassou os limites metropolitanos, passando a utilizar o território dos pequenos municípios do interior para isolar pessoas presas nos grandes centros urbanos, criando um grande fluxo penitenciário em direção ao interior do Estado de São Paulo e trazendo diversas implicações, como será visto adiante. (ZOMIGHANI, p.112, 2014)

Além de aliviar a tensão social na metrópole, a escolha política por territórios no interior paulista para instalação de novas unidades prisionais, também buscou sua justificativa na estagnação econômica de grande parte do Estado. Com exceção da capital e sua região metropolitana, somada a outras poucas regiões do território paulista, o Estado em sua maior parte era constituído por municípios de pequeno porte, mal conectados à dinâmica de fluxos econômicos nacionais e internacionais, se mostrando estagnados economicamente:

Nessa nova etapa da divisão territorial do trabalho e das funções do Estado no território paulista neste início do século XXI, os municípios do interior passam a ser requisitados a oferecerem seu território economicamente estagnado para implantação de um novo negócio, da forma que assume o sistema penitenciário contemporâneo. Passa-se a desaguar nesses “pequenos espaços” do interior os produtos do controle social da miséria exercido pelo Estado Policial nas periferias pobres das grandes metrópoles paulistas.(ZOMIGHANI, p.114, 2014)

Assim, o processo de *interiorização das prisões* no território paulista e sua lógica, significam uma nova etapa da divisão territorial do trabalho e das funções do Estado. Mais a frente buscaremos analisar e relacionar esse processo a episódios importantes tal como

fundação e ação da ROTA⁴³ na região metropolitana da capital, o massacre do Carandiru em 1992, o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) entre outros.

Fato é que a lógica de interiorização das prisões colocada em prática pelo governo do Estado de São Paulo visou e visa mobilizar em territórios historicamente estagnados, a gama de recursos envolvidos na construção das novas penitenciárias bem como a dinamicidade que a unidade prisional acarreta consigo em termos econômicos, técnicos e demográficos.

Segundo Zomighani (2013) é possível regionalizarmos o Estado de São Paulo em duas regiões distintas: uma com grande atratividade para a reprodução do capital, seu meio técnico científico-informacional, com altos índices demográficos e desenvolvimento econômico. Outra, com pouca atratividade para o capital, com pouca dinamicidade econômica, técnica e demográfica.

É justamente nas zonas de pouca atratividade para o capital que se deram e ainda se dão a escolha pelo governo do Estado das unidades prisionais. A pequena quantia de recursos públicos e privados investidos nesses territórios historicamente, significa também um meio técnico científico-informacional menos desenvolvido assim como uma perda demográfica constante. Tal cenário cria um ciclo vicioso de baixa produção de riqueza, migração da população economicamente ativa em busca de oportunidades e consequente baixa nas demandas locais.

O cenário de estagnação econômica retroalimentado pela seletividade do capital, tem também, como consequência, o interesse pela implantação das unidades prisionais em suas respectivas cidades por parte dos prefeitos e autoridades locais dessas regiões menos atrativas como indica :

Com a perda demográfica ocorre também diminuição do repasse de impostos vinculados ao número de habitantes locais. Na tentativa de reverter a diminuição no repasse de recursos como o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, principalmente além de gerar outras receitas para o município (via estímulo ao consumo e transferência de outros impostos), muitos prefeitos dos pequenos municípios paulistas têm aceitado receber penitenciárias. (...) Por essas razões, as prisões tornam-se elementos de dinamismo parcial da economia local e regional, promovendo modernizações seletivas e incompletas no território dos pequenos municípios do interior (...).(ZOMIGHANI, p.114, 2014)

⁴³ Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, criada ainda no início da década de 70.

Quando não se interessam ou não aceitam consensualmente e a implantação das unidades prisionais no território de seus municípios, os governos municipais contam com poucas possibilidades de reversão dessa implantação de maneira imposta, dada a força política exercida pelo governo estadual e outras forças políticas maiores. Além disso, os preços dos terrenos nas regiões mais atrativas para o capital, a política de terras do Estado e demais contradições nas políticas do sistema prisional também contribuem para a localização das unidades prisionais no interior.

Os investimentos do Estado no sistema penitenciário paulista focaram-se então na interiorização deste sistema levando portanto à atual configuração das unidades prisionais do Estado, a qual mantém tal como no passado os maiores índices de aprisionamento na capital e região metropolitana, mas dispõe agora suas unidades prisionais pelas mesorregiões interioranas do Estado. O arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Wilson Edson Jorge em seu artigo publicado no boletim número 120 do IBCRIM⁴⁴ alertava tal questão já no começo dos anos 2000, problematizando não só a distância das pessoas colocadas em privação de liberdade longe de seus lugares de origem, mas também do ponto de vista da garantia do direito a visita e contato com familiares:

Uma das premissas que deve ser observada na maior parte dos casos de alocação de presos a penitenciárias é que os presos sejam originários da mesma região da penitenciária onde cumprirão pena. As famílias dos presos são, em sua maioria, de baixa renda e com dificuldades de locomoção devendo, portanto, ter seu acesso à penitenciária facilitado, para as visitas periódicas. Além disso, o contato com os familiares, além de ser um direito do preso, é um elemento fundamental para manter sua tranquilidade, minimizando os riscos de reações violentas e tumultos. É injusto e desumano obrigar famílias a se deslocarem permanentemente a grandes distâncias de seus lares, muitas vezes para áreas. (JORGE, p.6, 2002)

Em seu artigo de quase 20 anos atrás, Jorge aponta para a importância da localização das unidades prisionais, e para a lógica de produção do território prisional, mencionando também a estrutura das unidades e o déficit de vagas do sistema penitenciário. Suas reflexões são importantes e demonstram como a discussão sobre o território e localização das unidades tem papel central na política prisional. Ademais suas conclusões no início do século convergem com os pontos mencionados até sobre a implementação dos presídios nas cidades menores, com menor dinamicidade econômica e força política de negociação:

Assim, a questão da localização coloca para o Estado, além do problema que enfrenta com a falta de terrenos, a necessidade de negociações com as comunidades em presença. Isso tem levado à implantação de presídios em municípios menores, de

⁴⁴ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

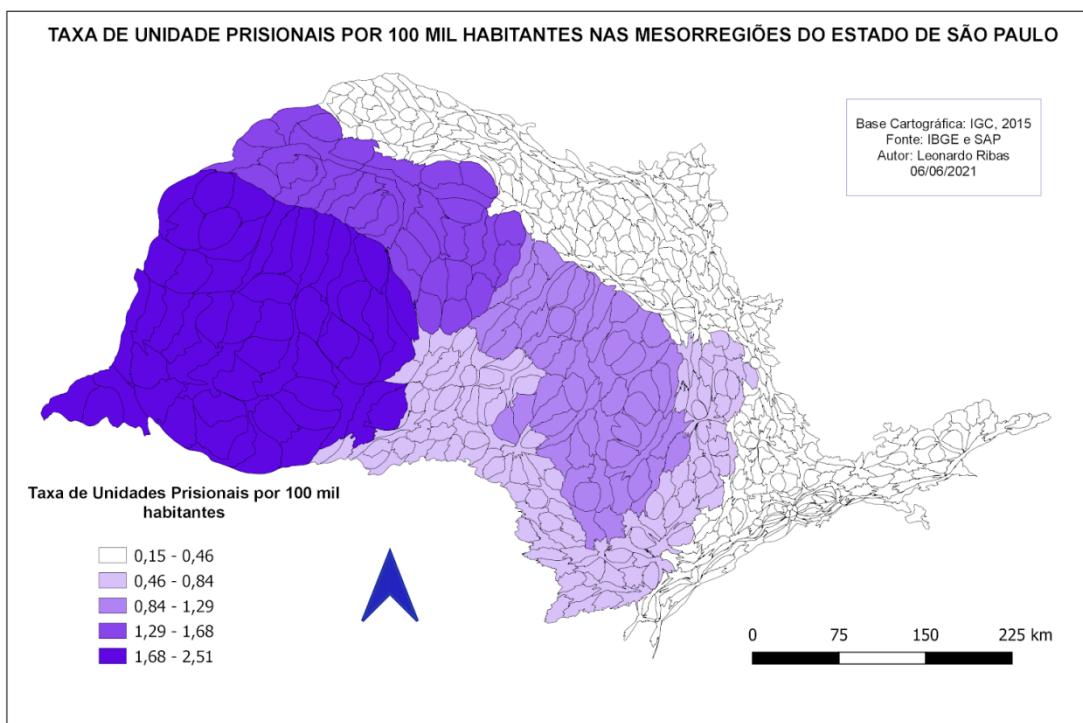
pouca expressão urbana, menos capazes de fazer frente a uma negociação com o Estado. Assim, pela linha de menor resistência, o fator localização acaba tendo uma solução, pelo menos, precária. (JORGE, p.7, 2002)

Das coordenadorias regionalizadas fragmentadamente pela SAP, são as coordenadorias localizadas no interior que concentram o maior número de prisões. A Coordenadoria Oeste é a que apresenta o maior número de unidades prisionais, são 45 unidades espalhadas por 4 mesorregiões (Assis, Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto), em seguida vem a Coordenadoria Noroeste com 44 unidades espalhadas em 5 mesorregiões (Assis, Bauru, Marília, Araraquara e Ribeirão Preto).

Além disso, para entender quais são as áreas em que as unidades prisionais se concentram no Estado de São Paulo, somamos aos mapas anteriores a **Figura II** : a anamorfose do número de unidades prisionais no Estado de São Paulo por 100 mil habitantes. Tal anamorfose junto dos outros mapas anteriores nos permite fazer inferências mais precisas sobre onde e como se concentra, no Estado de São Paulo, as unidades prisionais. Ao relacionar o número de unidades prisionais e o contingente populacional das mesorregiões, a dimensão da concentração das prisões e da escolha de certas regiões do Estado para a instalação das unidades fica mais evidente e explícita.

Figura 3 - Anamorfose das taxas de unidades prisionais por 100 mil habitantes nas mesorregiões do Estado de São Paulo⁴⁵

⁴⁵ Calcula-se a taxa de unidades prisionais por 100 mil habitantes dividindo o número de unidades prisionais de cada mesorregião, pelo número de habitantes desta mesma mesorregião. Então, multiplica-se o resultado por 100.000. O objetivo é permitir a comparação entre locais com diferentes tamanhos de população, permitindo a comparação proporcional. Ou seja, a mesorregião metropolitana da capital é a mais populosa do Estado, portanto, o número de unidades prisionais é o maior; por outro lado, usando a taxa por 100 mil habitantes, a região metropolitana de São Paulo tem relativamente menos unidades prisionais do que outras mesorregiões. Já a anamorfose leva em conta justamente tal taxa de unidades prisionais por 100 mil habitantes para distorcer a área das mesorregiões do estado, portanto, quanto maior a taxa de instituições ensino superior público por 100 mil habitantes nas mesorregiões maior será a distorção de sua área.



Fonte: Dados da SAP e elaborado pelo autor.

A anamorfose então, tal como a *Tabela 1⁴⁶* no primeiro capítulo, indica as mesorregiões de Presidente Prudente e Araçatuba como as mesorregiões com maior taxa de unidades prisionais por 100 mil habitantes. A mesorregião de Presidente Prudente apresenta a maior taxa: duas unidades prisionais e meia por 100 mil habitantes, bem acima inclusive da mesorregião de Araçatuba que vem na sequência com a taxa de 1,68 unidades por 100 mil habitantes.

São essas duas mesorregiões (Presidente Prudente e Araçatuba) que serão analisadas por este trabalho na sequência. De antemão vale retornarmos ao *Mapa 1⁴⁷* para concluir que tanto Presidente Prudente como Araçatuba são mesorregiões que apresentam um PIB per capita baixo em relação às outras mesorregiões do Estado. O *Mapa 4⁴⁸* confirma a baixa

⁴⁶ Tabela 1- Taxa de unidades prisionais por 100 mil habitantes das mesorregiões no estado de São Paulo, elaborado pelo autor (Dados: IBGE e SAP)

⁴⁷ Mapa 3 - Concentração Populacional por município no Estado de São Paulo entre 2019 e 2050

⁴⁸ Mapa 4 - Participação em % dos municípios no PIB do Estado de São Paulo em 2016

dinamicidade econômica dessas mesorregiões na participação do PIB do território paulista e o *Mapa 3* indica o baixo contingente populacional nesta região.

Por outro lado, as mesorregiões de maior desenvolvimento econômico, a mesorregião metropolitana de São Paulo e a mesorregião de Campinas, são respectivamente as com menores taxas de unidades prisionais por 100 mil habitantes. A mesorregião metropolitana de São Paulo apresenta uma taxa de 0,15 unidades prisionais por 100 mil habitantes, 15 vezes menor do que a apresentada pela mesorregião de Presidente Prudente. A mesorregião de Campinas também apresenta uma taxa bem inferior as outras regiões do Estado, sendo sua taxa de 0,29 unidades prisionais por 100 mil habitantes, aproximadamente 5 vezes menor que a registrada pela mesorregião de Araçatuba.

Ao contrário das mesorregiões interioranas, a mesorregião metropolitana de São Paulo e a mesorregião de Campinas são territórios símbolos do desenvolvimento e da dinamicidade econômica paulista. São também tais regiões as que apresentam as maiores taxas de aprisionamento e delitos do Estado em número absolutos (*Tabela 4⁴⁹*), o que nos leva a concluir que grande parte das pessoas encarceradas no Estado de São Paulo são aprisionadas na capital, região metropolitana e demais municípios com elevado desenvolvimento econômico e em seguida transferidas para o cumprimento da pena no interior do Estado.

Para entender esta lógica espacial e dinâmica por trás do território do sistema penitenciário é necessário entendermos o perfil das pessoas encarceradas no Estado de São Paulo. É importante também levantarmos e analisarmos outras informações demográficas a respeito da população paulista e de suas mesorregiões: a raça, a classe, o gênero dentre outros recortes que podem indicar quem são as pessoas que vivem nos territórios mencionados.

Tabela 4 - Total de inquéritos policiais instaurados e prisões efetuadas no ano de 2020 nas regiões do estado de São Paulo⁵⁰

REGIÃO	TOTAL DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	PRISÕES EFETUADAS
CAPITAL	80.776	27.208

⁴⁹ Tabela 4 - Total de inquéritos policiais instaurados e prisões efetuadas no ano de 2020 nas regiões do estado de São Paulo

⁵⁰ Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>

GRANDE SÃO PAULO	52.720	17.615
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	20.243	7.648
CAMPINAS	27.238	10.425
RIBEIRÃO PRETO	28.595	13.162
BAURU	16.611	8.761
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	14.406	6.973
SANTOS	16.097	8.757
SOROCABA	23.654	12.540
PRESIDENTE PRUDENTE	12.235	5.525
PIRACICABA	23.937	11.150
ARAÇATUBA	10.109	3.502

Fonte: Elaboração do autor com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

3.2 - AS PESSOAS ENCARCERADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao se estudar o sistema carcerário paulista ou mesmo o sistema carcerário brasileiro em sua totalidade, uma coisa fica exposta de antemão: a dificuldade de acesso aos dados atualizados sobre a população carcerária. Neste trabalho não foi diferente, a falta de transparência e divulgação dos dados é uma realidade que acompanha o sistema prisional a anos, como denuncia a principal referência até aqui citada: “As políticas de Estado sobre o sistema prisional são, na maioria das vezes, tratadas sob uma lógica privada. O que se traduz em grande dificuldade para obtenção de informações que deveriam estar disponíveis para toda sociedade.” (ZOMIGHANI, p.26, 2013)

Para lidar com tais dificuldades, este trabalho recorreu aos dados mais atualizados e disponibilizados pelo DEPEN e pela SAP. Assim, vamos neste tópico traçar um breve perfil da população carcerária paulista de acordo com os recortes do tipo de regime em cumprimento, a idade, a cor/raça, o gênero e os crimes cometidos. Também iremos aqui discorrer sobre a escolaridade das pessoas presas no Estado, ponto crucial neste trabalho.

Segundo o dados do DEPEN de dezembro de 2019⁵¹ o Estado de São Paulo contava com 231.287 pessoas presas distribuídas por suas unidades prisionais. A maioria (61%) cumpria pena em regime fechado e cerca de 17% em regime semiaberto. O que chama atenção é a realidade da quantidade de presos e presas provisórios no Estado de São Paulo (20%), que assim como em todo o Brasil se avolumam nas unidades prisionais esperando seus julgamentos sem ao menos terem sido levados para a última instância. Em levantamento feito em 2017 o CNJ⁵² estimou que o tempo médio da prisão provisória no Brasil variava de 172 a 974, uma verdadeira tortura pra quem o cumpre de dentro da prisão.

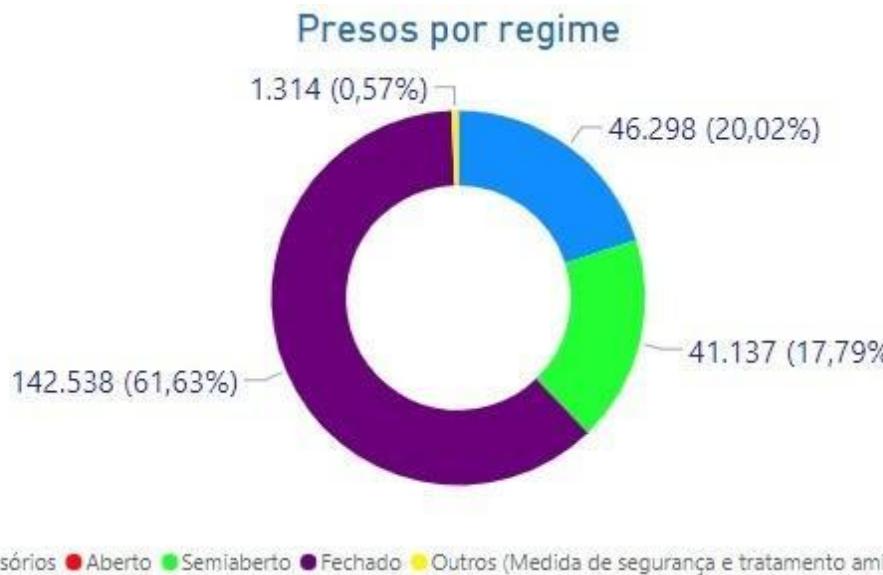
A respeito dos crimes cometidos o DEPEN indica que em 2019 das pessoas privadas de liberdade no Estado de São Paulo a maioria delas (43,78%) estavam cumprindo pena por crimes contra o patrimônio, outra grande parte (38.88%) foi enquadrada por tráfico pela Lei de Drogas, outros 9,04% por crimes contra a pessoa, outros crimes tais como contra a Dignidade Sexual, Legislação Específica, contra a Paz Pública e a Fé Pública completam a lista em pequenas quantidades e proporções.

Em relação ao gênero das pessoas presas em São Paulo em dezembro de 2019, o DEPEN identificou que a maioria (95,06%) é do gênero masculino e uma pequena parcela (4,94%) do gênero feminino. Tal discrepância registrada pelo levantamento representa em si as relações de gênero e sobretudo a desigualdade de gênero vigente historicamente na sociedade brasileira e ocidental. A pesquisadora Luciana de Souza Ramos em sua dissertação de mestrado indica diversas contradições e apontamentos sobre como a divisão sexual do trabalho colocada na sociedade capitalista se expande para o mundo do crime e da prisão; estabelecendo o crime como uma atividade masculina em contraposição às atividades domésticas historicamente atribuídas às mulheres o que reflete portanto na diferença entre o número de homens e o número de mulheres presas: “O mundo do crime revela as mesmas discriminações de gênero praticadas no mundo fora dos muros da prisão.” (RAMOS, 2012)

Gráfico 4 - Porcentagem de pessoas presas de acordo com o regime da pena no Estado de São Paulo em dezembro de 2019

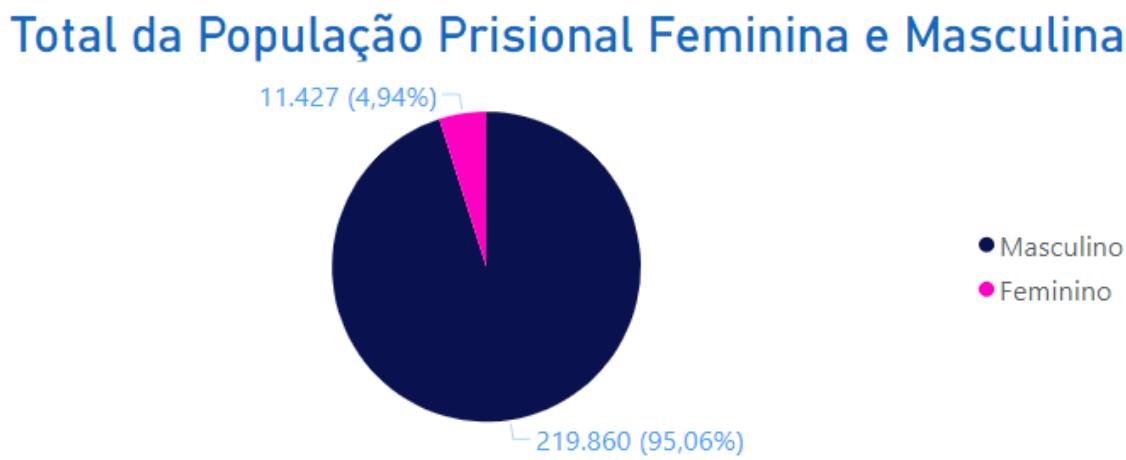
⁵¹ Disponível em <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>

⁵² Disponível em <https://www.cnj.jus.br/levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais/>



Fonte: DEPEN- Dez/2019

Gráfico 5 - Porcentagem de pessoas presas no Estado de São Paulo por gênero em dezembro de 2019



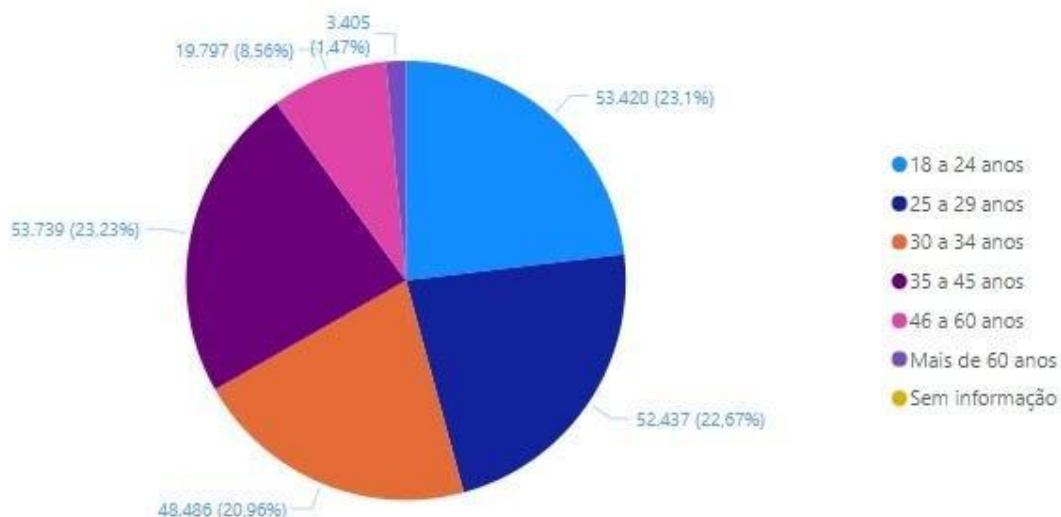
Fonte: DEPEN - Dez/2019

Em relação a idade das pessoas presas no Estado de São Paulo, nota-se o que grande parte dela (45%) é composta por uma população jovem, com idade entre 18 a 29 anos, sendo inclusive a faixa etária de 18 a 24 anos a segunda faixa etária com o maior número de pessoas presas (23,10%). A faixa etária de maior proporção é a de pessoas com 35 a 45 anos (23,23%) com total bem próximo da faixa etária citada anteriormente. Outras faixas etárias como a de 25 a 29 anos e a de 30 a 34 também são expressivas, apresentando 22,67 % e 20,96 % do total das pessoas presas respectivamente.

Em suma os dados da população carcerária levantados pelo DEPEN apontam para um perfil etário jovem das pessoas presas, sobretudo a imensa maioria (98%) dessa população se

encontra na faixa etária da População Economicamente Ativa (entre 15 e 65 anos) o que também suscita reflexões a respeito da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, ensino superior, e outros direitos básicos relacionados ao Estado democrático de direito.

Gráfico 6 - População Prisional do Estado de São Paulo por faixa etária em dezembro 2019



Fonte: DEPEN - Dez/2019

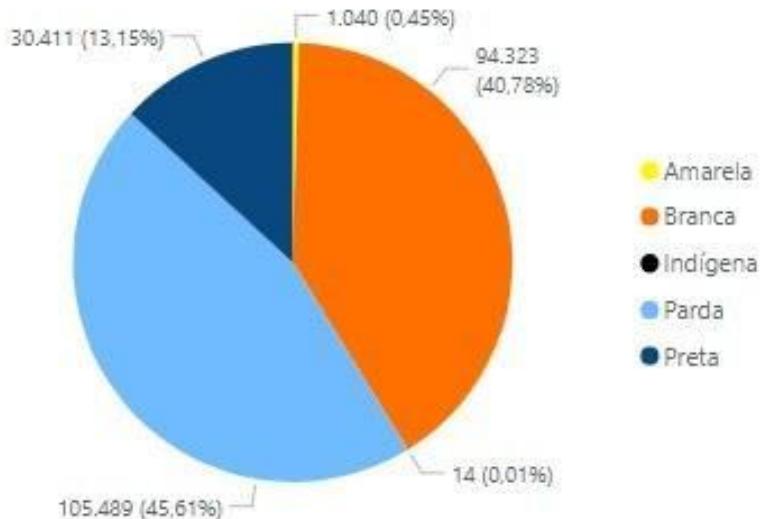
Quando nos deparamos com a realidade do cárcere no estado de São Paulo em termos de cor ou raça, segundo o DEPEN em dezembro de 2019, nos deparamos com uma população preta e parda em sua maioria (68%), somada a 40 % de pessoas brancas e menos de 1% de amarelos e indígenas somados. Essa realidade é contrastante quando comparada com o perfil racial da população do estado de São Paulo registrada no último censo demográfico do IBGE de 2010 . No Censo de 2010, 63,9% dos habitantes paulistas se declararam brancos, 29,1% pardos, 5,5% pretos, 1,4% amarelos e 0,1% indígenas; dados totalmente diferentes dos registrados dentro das prisões.

Seletividade penal é o termo utilizado dentro das ciências humanas e jurídicas para descrever o processo de criminalização seletiva pelo qual interesses particulares ligados ao Estado e às hegemonias que se formaram para governar o território nacional atuam dentro da sociedade. Tal como um dispositivo social e jurídico de reafirmação da punição inerente a sociedades desiguais, regimes políticos e justiças hierarquizadas como afirma Zomighani (2013)⁵³, a seletividade penal define quem será ou não preso, com base em critérios que

⁵³ A constituição dessas hegemonias responde às particularidades da formação socioespacial nacional (dos países onde se constituem). Mas no geral, esses elementos se encontram presentes no processo de organização de um sistema penal seletivo, cujo filtro se dá a partir de interesses particulares ligados ao Estado e às hegemonias que se constituíram para governo do território nacional ou ainda, como a seletividade para um

afastam a noção de uma justiça igual para todos e que historicamente criminaliza apenas as classes mais desfavorecidas da sociedade.

Gráfico 7 - População prisional por cor ou raça em dezembro de 2019



Fonte: DEPEN - Dez/2019

É portanto através de um processo de seletividade dos corpos aprisionados que os dados expostos no **Gráfico 7** a respeito da cor e raça da população prisional do Estado de São Paulo, se destoam do perfil demográfico demonstrado pelo IBGE em 2010. Historicamente no Brasil o racismo estrutural e institucional presente no modelo capitalista vigente produziu e continua a produzir um processo contínuo de criminalização de sua população parda, preta e pobre do país. Sistematicamente busca-se neste modelo de sociedade e justiça, legitimar os padrões de comportamento, o modelo econômico, as hierarquias políticas de uma organização social fundamentalmente desigual:

O conceito de criminoso é estabelecido a partir da constituição de um universo de exclusão social, definindo quem são os perseguidos. Considerando essa construção mental que leva em consideração padrões comportamentais, utilidade econômica e eficiência política, é que a delimitação das camadas excluídas (leia-se criminosas) é edificada. Nesse sentido, podemos concluir que os aspectos para a ordenação da sociedade são aspectos concretos que visam a ordem política, a organização perfeita do modelo econômico e, por fim, o estabelecimento de uma linha comportamental que perpassa todos os grupos sociais. (PEDROSO, p.41-42, 2005)

Tal seletividade é colocada diariamente em prática pela ação da polícia e sua seletiva abordagem ostensiva em bairros mais pobres, de maioria preta e parda, produzindo números

dispositivo social e jurídico de reafirmação da punição intrínseco a sociedades desiguais, regimes políticos e justiças hierarquizadas (ZOMIGHANI, p.69, 2013).

alarmantes de violência policial e morte da população preta e parda. A seletividade penal também é vista no próprio sistema judiciário brasileiro e paulista, em sua arbitrariedade nas sentenças⁵⁴, dificuldade de acesso e obtenção de defesas competentes. Outro fator crucial da seletividade penal está na negação dos direitos básicos da população pobre preta e parda tal como o direito à educação⁵⁵, saúde, lazer entre outros o que leva cada vez mais a população marginalizada ao crime.

O direito à educação tem papel fundamental na construção deste trabalho, uma vez que entende-se aqui a educação em prisões como responsabilidade das instituições públicas de ensino superior, e principal caminho para estreitar as relações entre tais instituições e as unidades prisionais. Portanto, para compor os dados desta pesquisa, foi solicitado à SAP via lei de acesso à informação, os dados mais atualizados do perfil educacional das pessoas presas no Estado de São Paulo.

Tabela 5 - Perfil Educacional da População Prisional do Estado de São Paulo em Junho de 2021

PERFIL EDUCACIONAL		
Analfabetos	3.577	
Fundamental Completo	30.674	
Fundamental Incompleto	94.773	
Médio Completo	31.780	
Médio Incompleto	47.980	
Superior Completo	1.559	
Superior Incompleto	2.597	
Acima do superior	21	
Não informado	0	
Total de presos	212.961	100%
Total de presos c/formação igual/acima ensino méd.completo	35.957	17%
Total de presos estudando (formal+não formal)	17.342	8%
Total de presos sem estudar	159.662	75%

Fonte: SAP

Recebidos os dados referentes ao perfil educacional da população prisional do Estado de São Paulo em Junho de 2021⁵⁶ (*Tabela 5*) fica evidente a dificuldade de acesso à educação

⁵⁴ Um bom exemplo da atuação da atuação seletiva do judiciário está prescrita na tese de doutorado de Marcelo da Silveira Campos (CAMPOS, 2015), intitulada “ Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo” que discute a nova Lei de Drogas do sistema de justiça criminal, principal dispositivo para encarcerar pessoas no estado de São Paulo

⁵⁵ Rever *Gráfico 2*,

⁵⁶ Recebidos através de solicitação à SAP, disponível em **ANEXO II**

das pessoas presas no Estado de São Paulo. Das 212.961 pessoas presas no estado de São Paulo no mês de junho de 2021, 3.577 são analfabetas, o que corresponde a 1,6% da população prisional. Segundo a SAP, havia nos presídios paulistas 94.773 pessoas com o Ensino Fundamental Incompleto, total que corresponde a 44,5% do total da população prisional. Os e as com ensino Fundamental Completo eram 14,4 % (30.674); com Ensino Médio Incompleto somam 22,5% (47.980), já com Ensino Médio Completo eram 14,9% apenas (31.780).

Quando nos deparamos com os graus de escolaridade mais elevados vemos a distância entre dos sujeitos e sujeitas que estudam nas instituições de ensino superior frente os sujeitos e sujeitas presos nas unidades prisionais. Apenas 1,2% (2.597) das pessoas presas apresentam grau de escolaridade Ensino Superior Incompleto; já aqueles e aquelas com Ensino Superior completo não chegam a 1%, totalizando 1.559. As pessoas que possuem grau de escolaridade acima do Ensino Superior são a exceção da exceção dentro do espaço das unidades prisionais, o total dessas pessoas não chegam a se igualar ao total de pessoas presas em uma cela de um CDP paulista: elas eram 21, número que joga os zeros todos pra esquerda em dados percentuais (0,009%).

Partindo desses números alguns apontamentos chamam a atenção. O primeiro deles é que o número de analfabetos da população prisional supera o número de pessoas com Ensino Superior Incompleto e Completo, além de superar é claro as 21 pessoas presas com escolaridade acima do Ensino Superior. O segundo apontamento é que a maioria da população prisional em junho de 2021 não possuía completa as etapas da educação básica: 46,1 % das pessoas presas não tinham o Ensino Fundamental (total de analfabetos somado ao total de pessoas com Ensino Fundamental Incompleto), elas portanto também contabilizam os 83% sem Ensino Médio Completo (somando os analfabetos, os com Ensino Fundamental Completo e Incompleto mais os com Ensino Médio Incompleto).

Outro fato importante a ser mencionado diz respeito ao acesso à educação dentro das unidades prisionais. Os dados listados acima pela SAP indicam que apenas 8% (17.342) das pessoas privadas de liberdade no Estado de São Paulo estavam estudando em junho de 2021. Além de não acessarem o direito à educação básica em suas trajetórias antes do encarceramento, a maior parte da população carcerária cumpre sua pena sem a garantia do acesso à educação.

A partir dessas informações levantadas podemos inferir que o perfil das pessoas presas no Estado de São Paulo em sua maioria são: jovens entre 18 e 29 anos; pretos ou pardos; de baixa escolaridade; encarcerados ou encarceradas, sobretudo, por crimes contra o patrimônio ou relacionados ao tráfico de drogas. Quem são os jovens e as jovens pretas e pardas, que não completaram a escolaridade básica? De onde vem os jovens as jovens pretas e pardas de baixa escolaridade e que cometem crimes contra o patrimônio ou se envolvem com o tráfico de drogas? Quais as suas trajetórias de vida? Quais territórios lhes são reservados nas cidades e nos municípios paulistas?

São justamente as pessoas as quais a seletividade penal do sistema de justiça escolhe para tipificar como criminosos. São também aqueles e aquelas que sofrem as dificuldades de uma sociedade que produz e reproduz desigualdade para se perpetuar. Tais sujeitos e sujeitas não são privados e privadas de suas liberdades somente, mas também são e foram ao longo de suas trajetórias de vida privados de uma série de direitos que compõem a ideia de cidadania. O direito à educação como visto, o direito à saúde, ao lazer, ao transporte, ao trabalho digno, a comida dentre outros os foram tolhidos, retirados ou multiados tal como aponta Milton Santos ao tratar sobre as *cidadanias mutiladas*:

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada nas oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação. Quem por acaso passeou ou permaneceu na maior universidade deste estado e deste país, a USP, não tem nenhuma dúvida de que ela não é uma universidade para negros. E na saúde também, já que tratar da saúde num país onde a medicina é elitista eos médicos se comportam como elitistas, supõe frequentemente o apelo às relações, aquele telefone que distingue os brasukkeuro entre os que tem e os que não tem a quem pedir um pistolão. Os negros não tem sequer a quem pedir para ser tratados. E o que dizer dos novos direitos, que a evolução técnica contemporânea sugere, como direito à imagem e ao livre exercício da individualidade? E o que dizer também do comportamento da polícia e da justiça, que escolhem como tratar as pessoas em função do que elas parecem ser. (SANTOS, p.134, 1996)

3.3 - SOBRE LÓGICA ESPACIAL SISTEMA PRISIONAL PAULISTA

Ao configurar o território do sistema prisional paulista vemos que ao longo das últimas décadas a produção de seu território passou por importantes mudanças no que diz respeito à localização de suas unidades prisionais. Antes localizadas nos grandes centros

urbanos do Estado, a partir das décadas de 80 e 90 as unidades prisionais foram sendo transferidas para o interior do Estado através da construção de novas unidades em regiões historicamente estagnadas do ponto de vista econômico. Ao longo desse processo de interiorização das unidades prisionais, a produção do território do sistema penitenciário paulista culminou na concentração das unidades prisionais em algumas mesorregiões do estado, sobretudo as mesorregiões da parte Oeste paulista.

O aumento do investimento em segurança pública e as construções de novas unidades prisionais no território do Estado de São Paulo não teve como resultado a redução de sua população carcerária, pelo contrário, seu crescimento foi uma tendência até a chegada da pandemia do novo coronavírus. Fato é que o Estado em questão, demonstrou ao longo dos últimos anos uma política voraz de encarceramento de jovens de classes mais baixas, sobretudo jovens negros e pardos, com baixa escolaridade, nos principais centros urbanos e regiões de concentração de renda.

Para chegar a alguns apontamentos a respeito desta lógica espacial das prisões buscaremos apontar episódios e fatores centrais que podem contribuir para entender o território do sistema carcerário e seu funcionamento. Isto é, busca-se aqui não apenas entender os interesses por trás do processo de interiorização das prisões, mas também qual a lógica e a estratégia para o isolamento das pessoas encarceradas dos grandes centros urbanos, locais de origem de grande parte da população carcerária.

A crise econômica e institucional ao final do regime militar e início da nova democracia brasileira como mencionado fora um momento determinante para a interiorização das prisões em São Paulo. Vimos que a tensão nas regiões metropolitanas era grande dada a desigualdade produzida ao longo dos anos de desenvolvimento econômico, crescimento populacional e a dificuldade de acesso à cidadania por grande parte da população.

Mesmo antes do processo de interiorização das unidades prisionais a realidade metropolitana dava sérios sinais de crise, violência e desgastes. Em “Rota 66: a história da polícia que mata” publicado no ano de 1992, o jornalista Caco Barcellos investiga a história, a ação e os desdobramentos das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), uma tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, criada ainda no início da década de 70. Com uma escrita intrigante e cirúrgica, Caco constrói análises das ações do grupo, das histórias de seus integrantes e principalmente do contexto violento da região metropolitana da Capital do Estado de São Paulo, o qual surge a ROTA.

Em suas conclusões após de 22 anos de investigação e levantamento o repórter indica que a ROTA em seu *modus operandi* agia de forma extremamente violenta nas periferias da região metropolitana da capital, com o aval e o apoio de diversos setores da sociedade paulista. Além disso Caco faz um alerta para a violência e o genocídio colocado em prática pelo Estado frente a população preta, parda, pobre e periférica da metrópole. Seus dados estarrecedores demonstram que a ROTA, ao longo de muitos, matou diversas pessoas, muitas sem passagem pela polícia ou crime cometido, usando de critérios seletivos tais quais discutimos anteriormente:

O resultado de minha investigação, que abrange o período de 22 anos de ação dos matadores, mostra que a maior parte dos civis mortos pela PM de São Paulo é constituída pelo cidadão comum que nunca praticou um crime: o inocente. O resultado do confronto do nosso Banco de Dados com os arquivos da Justiça Civil revela que 65 por cento das vítimas eram inocentes (...) Prova estarrecedora de que de cada dez pessoas mortas pelos policiais militares, menos de 4 tiveram participação em algum crime. Mais de seis tinham o passado limpo. Suas fichas nos foram devolvidas com um carimbo de duas palavras: *nada consta*. (BARCELLOS, p.257-258, 2001)

Seus dados estarrecedores também demonstram que a ROTA ao longo de muitos matou diversas pessoas, muitas sem passagem pela polícia ou crime cometido, usando de critérios seletivos tais quais discutimos anteriormente:

O componente racista, que já havíamos observado na ação dos principais matadores, se confirma no balanço final do Banco de Dados. Do total de 4179 vítimas identificadas, obtivemos informações sobre a cor da pele de 3.944: 1932 eram brancas e 2012 eram negras e pardas. A maioria de 51 por cento por si só já demonstra o preconceito contra as pessoas de raça negra e parda. Isso fica ainda mais claro se fizermos um confronto com os dados demográficos do IBGE sobre a população do município de São Paulo. BARCELLOS, p.259,, 2001)

Outro evento significativo do ponto de vista do deslocamento espacial das prisões para o interior foi o *massacre do Carandiru*, ocorrido em 1992. Narrado de diversas formas: na literatura, no cinema, na música e nas artes em geral, a chacina colocada em prática frente uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, localizada a época na Zona Norte da capital, evidenciou não apenas a violência do Estado frente a população em situação de privação de liberdade naquele episódio, mas uma série de abusos, violação dos Direitos humanos e crise do sistema prisional. Camila Nunes Dias e Fernando Salla pesquisadores do NEV concluem:

Por fim em outubro de 1992, a truculência e o abuso de poder que marcaram a gestão de Fleury no campo da segurança pública atingiram seu ponto culminante com a tragédia do Carandiru: a partir da invasão da Tropa de Choque da Polícia Militar, foram mortos 111 presos a grande maioria com claros sinais de execução sumária. Internacionalmente conhecido como *massacre do Carandiru*, o evento foi expressão máxima da política de intervenção violenta da Polícia Militar no sistema

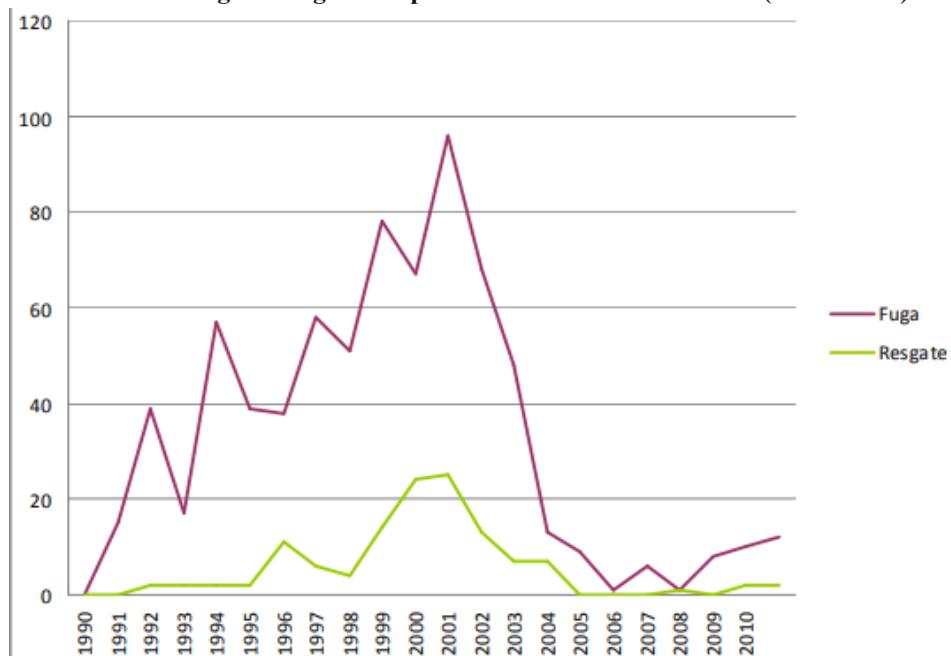
carcerário, em curso desde 1986. Assim como afirma Fernando Sala (2007, p.78) o massacre do Carandiru não representa um evento inusitado das práticas de intervenção policial, antes faz parte de um contínuo cuja lógica subjacente era a da baixa preocupação com os direitos humanos e uma percepção de que a ação policial não encontrava limites na lei. (DIAS, p.100, 2011)

Junto do genocídio da população parda, preta e pobre no Estado, o encarceramento desta mesma população também caminhava a passos largos. A estrutura do sistema carcerário por sua vez, não acompanhava as altas taxas de aprisionamento, superlotando as penitenciárias estaduais e demais cadeias públicas como adianta Salla ao contextualizar a situação do sistema prisional em 1986:

Dez anos depois, segundo a Comissão Teotônio De Montoro a Lembo: havia 11.276 presos nos estabelecimentos penais e outros 12.815 nas delegacias e cadeias da capital e do interior (PINHEIRO; BRAUN, 1986), num total de 24.091 presos. Ou seja, a população encarcerada no estado havia crescido cerca de 40%, sem que novas unidades prisionais tivessem sido criadas. (SALLA, p.74, 2007)

A falta de estrutura, a precariedade das instalações, os contínuos episódios de tortura, as demais violações dos Direitos Humanos e o paradigma truculento herdado da recente ditadura militar, tornou o sistema penitenciário um grande barril de pólvora, prestes a estourar. Rebeliões, fugas, motins, assassinatos, violência e demais respostas à situação precária no cárcere foram comuns nesta época.

Gráfico 8 - Fugas e resgates de presos no Estado de São Paulo (1990 - 2010)



Fonte: material jornalístico (acervo do NEV e F. de São Paulo)⁵⁷

Para além do crescimento da população encarcerada e da precariedade do sistema, o contexto da chacina na Casa de Detenção do Estado em 1992 também continha tensões instabilidades acumuladas a anos no sistema prisional. Tensões e instabilidades que segundo Salla (2007) opunham um modelo novo de sistema penitenciário, reestruturado e mais humanizado, frente a herança autoritária e truculenta defendida pelos setores conservadores da sociedade paulista:

O sistema penitenciário atravessou, então, um período de grande turbulência, que se expressava principalmente na eclosão de rebeliões e tentativas de fuga em massa. Mas, essa instabilidade não foi o mero resultado do crescimento da população encarcerada em São Paulo na década de 1980. A dinâmica própria do sistema, as heranças autoritárias e as tentativas de fundação de um novo padrão para o funcionamento do sistema penitenciário foram os principais elementos que explicam as tensões vividas, e que se expressaram, sobretudo, pelas rebeliões, pelas intervenções violentas do Poder Público nesses eventos e pelas mortes de presos que delas derivaram. (SALLA, p.74, 2007)

Os desdobramentos do *massacre do Carandiru* tiveram grande impacto na lógica de produção do território do sistema prisional. Sua repercussão fora gigantesca, dentro e fora do país, colocando o Brasil inclusive como réu na Corte Interamericana, da Organização dos Estados Americanos. Em termos das ações do governo do Estado já em 1993, fora criada a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) por meio da Lei nº 8.209, de 4 de janeiro de 1993 e no final do mesmo ano com a Lei nº 8.524, a SAP passou a buscar projetos para a desativação do complexo do Carandiru. Além disso, no ano seguinte, 1994, foi criada a Academia Penitenciária, ampliando as atribuições do então Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária.

Mesmo com este triste episódio da Casa de Detenção do Estado, o encarceramento em massa da população continuou galopante no Estado de São Paulo, sem grandes atenções da

⁵⁷ Gráfico organizado pelo NEV presente na tese de DIAS(2011) intitulada Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011, nas palavras da autora: “ Em decorrência da inexistência de dados oficiais sobre esses eventos utilizamos como fonte a cobertura jornalística, em numerosos veículos impressos e ou disponíveis na internet (...) Não pretendemos que os números levantados por meio dessa metodologia sejam um retrato fiel da realidade, tampouco que reportem, em termos quantitativos, os eventos que procuramos caracterizar por meio deles. O nosso objetivo, ao lançar mão desse recurso, é apenas apontar uma tendência, que indicaria um processo social particular de transformação social em curso no sistema penitenciário paulista.” (DIAS, p.114, 2011)

opinião pública. Segundo a antropóloga Karina Biondi, tal descrição frente o aumento da população carcerária do Estado São Paulo está relacionado a outra transformação da organização no sistema penitenciário: a desativação das carceragens das Cadeias Públicas e Distritos Policiais, além do objeto de nossa análise: interiorização das unidades prisionais:

Este crescimento, contudo, ocorreu sem suscitar grandes alardes e o principal motivo para esta descrição está relacionado ao segundo processo responsável pelas transformações após o “Massacre”: a desativação das carceragens das Cadeias Públicas e Distritos Policiais concomitantemente à construção de prisões no interior do Estado ou, quando na Grande São Paulo, em áreas mais afastadas dos grandes centros. (BIONDI, p.46, 2009)

A violência, violação dos direitos humanos e truculência do Estado de São Paulo também pariu outra organização influente dentro do sistema prisional: o Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo a versão mais aceita dentro da academia e da prisão :”(...) o PCC nasceu em 31 de agosto de 1993 por ocasião de um jogo de futebol entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando da Capital, no Anexo de Custódia e Tratamento de Taubaté, considerada uma das mais rígidas instituições carcerária do país.” (BIONDI, p. 48, 2009). Após uma briga entre as duas equipes mencionadas que resultou em duas mortes no time do Comando Caipira, o PCC seria criado.

Para a suas respectivas proteções frente às represálias e repressão dos agentes penitenciários, os membros do Primeiro Comando da Capital firmaram um pacto no qual a punição de qualquer um dos integrantes do PCC resultaria na reação de todos os outros membros do grupo. Em seguida, seus fundadores conseguiram o apoio de outros presos, redigindo um estatuto que expressava a intenção de se protegerem e se posicionarem contra os maus tratos constantes no sistema penitenciários e ao mesmo tempo regular o relacionamento entre os presos para cessar a violência dentro da própria população carcerária.

Surgido ainda em 1993 como resposta a violência vivenciada no sistema prisional, o PCC se expandiu rapidamente pelas unidades prisionais paulistas, porém a organização demorou a ter sua existência reconhecida pelo governo do Estado de São Paulo. Somente em 2001 por ocasião da “mega-rebelião” é que o governo paulista não pode negar a existência da organização. Tal episódio é tida como a primeira aparição pública do *Partido*⁵⁸, naquela ocasião em fevereiro de 2001 a movimentação reuniu cerca de 28.000 presos e atingiu 29

⁵⁸ Nome pelo qual costuma ser chamado o PCC entre seus integrantes. A organização também é chamada de *Comando, Família e Quinze*.

unidades prisionais (25 presídios e quatro cadeias públicas), deixando ao menos 16 detentos mortos e 19 agentes penitenciários feridos.

Outra “megarrebelião” aconteceu em maio de 2006, com proporções ainda maiores. A segunda “megarrebelião” mobilizada pelo PCC envolveu 84 unidades prisionais, 10 inclusive fora do Estado de São Paulo. Tal ação aconteceu dentro e fora do sistema carcerário e culminou em 229 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias atingidas a bombas, 42 policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos segundo balanço da Secretaria de Segurança Pública em 2006. A resposta do governo do Estado fora ainda mais violenta, segundo o movimento MÃes de Maio⁵⁹: mais de 493 pessoas que hoje constam entre mortas e desaparecidas, – das quais mais de 400 jovens negros, afro-indígena-descendentes e pobres executados sumariamente, naquilo que ficou conhecido como “onda de resposta aos ataques do PCC”.

Assim, dada a gravidade dos fatos mencionados e o poder político obtido pelo PCC dentro das unidades prisionais, suas ações alteraram drasticamente a lógica e produção do território do sistema carcerário como adianta Dias(2011):

Fica evidente que a megarrebelião de 2001 teve um impacto determinante na conformação das orientações políticas e administrativas que acabaram por remodelar a estrutura do sistema prisional em São Paulo, a partir de novas bases geográficas e arquitetônicas que tiveram por objetivo dificultar a mobilização da população carcerária tal como foi possível neste episódio. Dispersão e compartimentação passaram a ser ideias centrais no trato da população carcerária. Como ficou evidente em maio de 2006, tais orientações políticas não lograram os objetivos pretendidos (...) (DIAS, p.110, 2011, *grifo nosso*)

Deste modo, com a justificativa de de isolar e segregar as lideranças do *Partido* e de outras organizações criadas dentro da população carcerária, o governo do Estado de São Paulo mobilizou suas unidades prisionais para cada vez mais longe dos grandes centros urbanos:

Qual a lógica do deslocamento espacial das prisões para o interior do estado de São Paulo? Como hipótese principal, há um uso do território pela prisão como estratégia para isolamento dos condenados, e tentativa de segregação mais eficaz de lideranças das organizações criminosas que atuam dentro e fora das prisões. Assim, o governo paulista busca isolar uma parte importante da massa carcerária dos grandes centros urbanos, locais de origem da maioria dos presos, e meio geográfico com o qual possuem articulações. (ZOMIGHANI, p.99, 2013)

⁵⁹ Organização que busca a mobilização de de mães, familiares e amigos das vítimas dos Crimes de Maio de 2006 em São Paulo para avançar na luta pela memória, pela verdade e por justiça às vítimas – 493 pessoas, das quais mais de 400 eram jovens negros, descendentes afroindígenas ou pobres. Disponível em <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/maes-de-maio/>

Além do intuito de aliviar a tensão nos grandes centros urbanos, isolar e separar as lideranças das organizações da massa carcerária, o Estado também buscou construir suas unidades prisionais em regiões de baixa dinamicidade econômica, visando conectar novas regiões do território estadual à economia mundial globalizada, como vimos anteriormente:

A opção política pela interiorização teve sustentação em uma condição encontrada em muitos municípios paulistas: a estagnação econômica em uma grande região do estado constituída, em maior parte, por pequenos municípios pouco dinâmicos e mal conectados às demandas e fluxos econômicos internacionais, para os quais se voltou a política de Estado em tempos de globalização da produção e da economia mundial. (ZOMIGHANI, p.114, 2014)

A alocação de recursos financeiros, a geração de emprego e o contingente populacional foram utilizados como atrativo para convencer a população e os prefeitos dos municípios que historicamente sofreram com a baixa atividade econômica na região. Embora a aprovação política seja pequena, os municípios menores do Estado de São Paulo não possuem força de barganha para resistir à instalação de novas unidades prisionais em seus territórios. Com exceção de alguns prefeitos que recebem vantagens políticas e de recursos públicos em troca e uma pequena parcela da população municipal interessada em vantagens econômicas ou empregos públicos, a maioria da população rejeita a instalação de prisões em seus municípios:

Sob o aspecto da aprovação da política penitenciária, na escala local autorizam este processo apenas aqueles comerciantes que obtêm vantagens econômicas diretas com o funcionamento da nova penitenciária, ou parte dos prefeitos interessados em dinamizar a economia municipal, ou ainda – como um fenômeno mais recente –, pela geração de empregos públicos mais bem remunerados em comparação com a média dos salários pagos in loco, pelo que muitos jovens acabam por aprovar o processo de interiorização penitenciária atualmente em curso no estado de São Paulo.(ZOMIGHANI, p.123, 2014)

Por último, aspectos como a política de terras do governo, o preço dos terrenos nos grandes centros urbanos, as políticas de ampliação de vagas também são influentes na geografia do território do sistema penitenciário, como salienta o professor Wilson Edson Jorge:

Essas distorções na localização de penitenciárias e na alocação de presos decorrem de questões várias, dentre as quais abordaremos quatro que consideramos mais relevantes: o consumo de áreas para implantação das penitenciárias, a política de terras do governo, a questão da descontinuidade na política de ampliação de vagas prisionais e as relações da comunidade com o fato prisional (JORGE, p.6, 2002)

Segundo o mesmo autor as unidades prisionais fazem um uso do território que demanda uma grande área para garantia das exigências de segurança, estrutura e

funcionamento, sobretudo as penitenciárias de regime fechado. Tais necessidades tornam limitantes as possibilidades de unidades prisionais em grandes centros urbanos, dada a baixa disponibilidade de terrenos que respeitam as necessidades citadas e o preço da terra altamente especulado.

O autor também menciona a carência de uma política de terras por parte do setor público, inclusive a nível federal, para garantir localizações adequadas para os serviços públicos, sobretudo as unidades prisionais. Em suas palavras “ O Estado não tem uma política sistemática que relate suas necessidades crescentes de implantação de serviços com a disponibilidade de terrenos próprios” (JORGE, p.6, 2002).

Outros fatores que levam a interiorização das unidades prisionais segundo Jorge estão por trás das políticas de ampliação de vagas do sistema penitenciário que não possui uma continuidade e que só são mobilizadas frente a grandes episódios de violência e consequente pressão da opinião pública. Ainda assim, a repulsa da população frente às unidades prisionais próximas aos grandes centros também interferem na interiorização das prisões.

De fato, a lógica e a racionalidade que menos é levada em conta no processo de interiorização das unidades prisionais é a lógica do direito das pessoas privadas de liberdade. Na prática, a interiorização das prisões produziu no sistema carcerário uma geografia que dificulta a garantia dos direitos do preso, e intensifica seu sofrimento e de toda sua família no contexto da prisão, já que a maioria dos presos cumpre pena em unidades prisionais extremamente longe de seus lugares de origem.

Vindas de famílias pobres, da periferia dos grandes centros urbanos, as pessoas privadas de liberdade em sua maioria, se vêem isoladas a centenas de quilômetros de distância de casa. Sofrendo não apenas com a saudade ou com a impossibilidade de ver seus familiares, a dificuldade financeira que este processo demanda é mais uma pena a ser cumprida:

A pena privativa de liberdade, diante da nova geometria do sistema penitenciário paulista, assume também uma função de banimento, trazendo inúmeras outras implicações para os presos e suas famílias. Dentre várias delas, há grande ônus pessoal e financeiro aos familiares por conta dos enormes deslocamentos realizados por parte dos visitantes que continuam a manter laços sociais com os presos condenados, constituindo-se a dimensão espacial do sistema penitenciário como uma punição também a eles. (ZOMIGHANI, p.123, 2014)

A Geografia do sistema prisional paulista, portanto, reflete diversas contradições de um território com inúmeras tensões. As desigualdades sociais abissais da metrópole em crise

produziram altos índices de violência seguidos por uma resposta também violenta do Governo do Estado, resultando em um grande número de homicídios e taxas de encarceramento cada vez maiores nas grandes cidades. Com as unidades prisionais precárias, e superlotadas novas tensões tais como o surgimento de organizações criminosas, megarrebeliões e episódios de violações dos Direitos Humanos foram se avolumando.

A resposta encontrada pelo Estado de São Paulo fora o investimento massivo na construção de novas unidades prisionais distribuídas em mesorregiões distantes dos grandes centros urbanos, com destaque para as mesorregiões do Oeste Paulista. Além de buscar aliviar as tensões e violências as quais passavam a organização do sistema prisional à época, o Governo paulista buscou através da construção das unidades prisionais no interior dinamizar territórios com baixa atividade econômica e fugir do alto custo dos terrenos das cidades mais abastadas.

4 - ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O SISTEMA PRISIONAL E O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Para versar finalmente sobre as relações, trocas e articulações entre o sistema prisional e o ensino superior paulista trataremos primeiramente da responsabilidade das instituições públicas de ensino superior sobre a realidade do sistema prisional, com destaque para a questão da educação no cárcere. Com o intuito de aprofundar nossa análise, duas mesorregiões estratégicas do ponto de vista da relação prisão e instituições públicas de ensino superior no Estado de São Paulo serão analisadas individualmente.

4-1 A RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR E O SISTEMA PRISIONAL

Prescrita no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996⁶⁰ a educação superior tem como finalidades, entre outras, estimular a criação cultural e o desenvolvimento científico, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, promover a extensão e atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica.

No cumprimento de suas finalidades as instituições públicas de ensino superior devem abranger o ensino, a pesquisa acadêmica e a extensão; seus eixos constituintes. Tais finalidades demonstram como o caráter público dessas instituições colocam responsabilidades diferentes frente a realidade das instituições privadas, voltadas sobretudo para o lucro.

Grande parte das instituições públicas de ensino superior são universidades, o que lhes confere grande autonomia institucional tal como está presente no artigo 207 da Constituição Federal:

Art. 207. As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988)

A LDB define as universidades como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” especificada pela “produção intelectual institucionalizada mediante o

⁶⁰ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”.

Em sua tese “A educação nas prisões brasileiras: a responsabilidade da universidade pública” a pesquisadora Carolina Bessa indica como a Constituição Federal e a LDB podem corresponder a um conjunto de dispositivos legais indutores de políticas e iniciativas voltadas à promoção da democracia em entes estatais tais como as instituições públicos de ensino superior⁶¹.

A autora foca na educação em prisões e demonstra como este pode ser um ponto fundamental para se garantir a responsabilidade das instituições públicas de ensino superior frente suas finalidades, ou seja, o cumprimento de seu tripé: extensão, pesquisa e ensino. Além disso, a autora também indica como a educação no cárcere pode inferir na democratização do acesso à educação básica e superior, dada a escolaridade da população encarcerada e a enorme desigualdade de acesso ao ensino superior. Nas palavras de Bessa:

A problemática que aqui se discute sobre a responsabilidade da universidade na educação em prisões envolve, necessariamente, o cumprimento do tripé ensino, pesquisa e extensão com atividades voltadas à população presa e também aos profissionais envolvidos. Esta tarefa pode ser realizada por IES públicas, institutos, faculdades, centros universitários, dentre outros, dadas as prerrogativas colocadas pela legislação vigente.

Nesse contexto, leva-se em consideração, além do tripé constituinte da universidade, dados relativos à desigualdade no acesso e permanência de grupos excluídos no Ensino Superior, o que tem revelado a histórica desigualdade econômica e racial no país, identificada pelo acesso desigual ao Ensino Superior. (BESSA, p.92-93, 2017)

No que se refere à Educação para pessoas em regimes de liberdade, os dispositivos legais que regem este direito são o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 institui ao menos três metas sobre a educação para pessoas em regimes de privação da liberdade:

7.24) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos

⁶¹ “Compõe-se, assim um conjunto de dispositivos legais, que podem ser considerados indutores de iniciativas e políticas, sobretudo em se tratando da universidade pública - que, como ente estatal, carrega responsabilidades públicas diante da sociedade, como a promoção da gestão democrática.” (BESSA, p. 92, 2017)

penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

A responsabilidade universitária e a interface entre instituições públicas de ensino superior e unidades prisionais se justificam ainda pela Resolução CNE Nº 2, de 19 de Maio de 2010 que institui as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, indicando a necessidade de parcerias estratégicas:

A gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade.

Soma-se ainda a edição do Decreto nº 7.626 que institui o Plano Estratégico da Educação no Âmbito do Sistema Prisional, determinando em seu artigo 2 que “O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de Educação de jovens e adultos, a Educação Profissional e Tecnológica, e a Educação Superior”. Na realidade paulista, o Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado de São Paulo (2015-2016) elaborado pela SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) e SEE (Secretaria Estadual de Educação), também prescreve a necessidade de inclusão, expansão, aperfeiçoamento e monitoramento da oferta de Educação para pessoas em regime de privação de liberdade em seus planos estratégicos e meta.

Ainda assim, para além da educação em regimes de privação de liberdade as universidades e instituições públicas de ensino superior como lócus do conhecimento têm a responsabilidade de buscar entender, problematizar, questionar e sobretudo problematizar a atual realidade punitiva e encarceradora vigente no Estado de São e em todo o Brasil. É nesta seara que se encontra este trabalho:

Como lócus privilegiado de formação e reflexão, a universidade tem um importante papel de transformação social, não se restringe à reprodução do conhecimento ou à formação de profissionais, mas é também espaço de debate sobre a criação e a interpretação da realidade. Tratando-se especificamente da questão prisional, a universidade contribui para a construção do saber que constitui, reafirma, questiona ou legitima o funcionamento do sistema de justiça criminal.(BRAGA, p. 347, 2014)

Assim, apresenta-se como um desafio ao conhecimento acadêmico, às universidades, às instituições de ensino superior e a toda academia o enfrentamento a atual política criminal

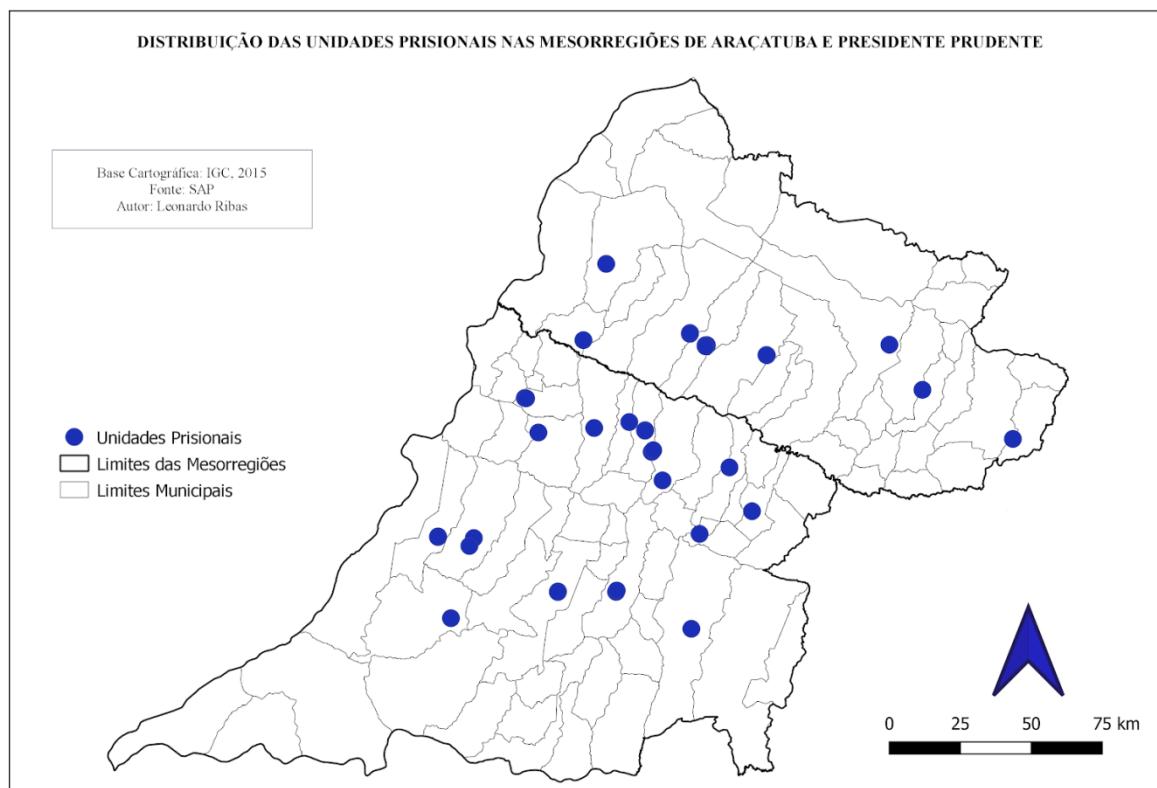
seletiva, encarceradora, punitiva. A *praxis* acadêmica portanto deve estar focada através de suas finalidades, em construir uma nova política: democratizadora dos direitos dos cidadãos, desencarceradora, e emancipadora dos sujeitos e sujeitas.

4.2 - AS MESORREGIÕES DE ANÁLISE

Buscando esmiuçar e melhor entender a relação entre as instituições públicas de ensino superior e as unidades prisionais, o trabalho buscou analisar um recorte regional específico no Estado de São Paulo: o extremo Oeste Paulista, em especial as mesorregiões de Araçatuba e Presidente Prudente. De acordo com os levantamentos feitos aqui, vimos que as mesorregiões de Presidente Prudente e Araçatuba concentram as unidades prisionais em números absolutos e relativos (*Tabela 1 e Figura 2*).

No todo, as duas mesorregiões possuem 35 unidades prisionais, com taxas de unidade prisionais por 100 mil habitantes altíssimas: 2,51 na mesorregião de Presidente Prudente e 1,68 na mesorregião de Araçatuba. Ambas pertencem na regionalização da SAP ao território da Coordenadoria Oeste, coordenadoria que apresenta o maior número de estabelecimentos penais.

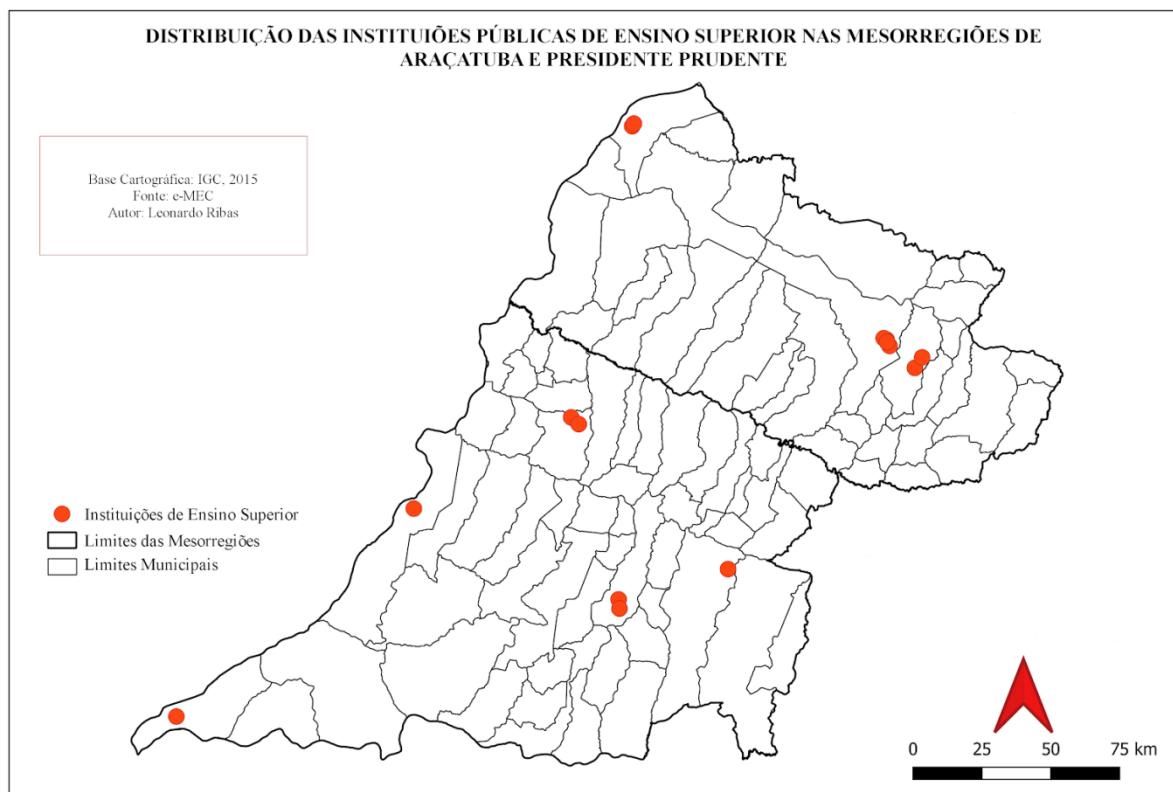
Mapa 8 - Distribuição das Unidades Prisionais nas Mesorregiões de Araçatuba e Presidente Prudente



Fonte: Dados da SAP, elaborado pelo autor

No que tange às instituições públicas de ensino superior, as mesorregiões juntas acumulam 15 unidades, entre campus da Unesp, Institutos Federais, Fatecs e universidades municipais. A mesorregião de Araçatuba, com suas 8 instituições de ensino superior e sua população de aproximadamente 780 mil habitantes, possui uma taxa de instituição pública de ensino superior por 100 mil habitantes de 1,02 , terceira taxa mais alta em relação ao restante do estado. Destoando da mesorregião anterior Presidente Prudente, apresenta 7 instituições de ensino superior para seus mais de 900 mil habitantes, o que configura uma taxa de 0,75 instituições de ensino superior por 100 mil habitantes.

Mapa 9 - Distribuição das Instituições Públicas de Ensino Superior nas mesorregiões de Araçatuba e Presidente Prudente



Fonte: Dados do e-MEC, elaboração do autor

As diferenças entre as taxas de unidades prisionais e taxas de instituições públicas de ensino superior nas mesorregiões de análise interessam ao objetivo do trabalho em entender as relações, trocas e interações entre o sistema prisional e o ensino superior público paulista. De um lado analisaremos a região Presidente Prudente, com a taxa de unidades prisionais por 100 mil habitantes mais alta do estado e com uma taxa de instituições de ensino superior público mediana. Do outro analisaremos a região de Araçatuba com uma taxa de unidade prisional por

100 mil habitantes também muito alta, assim como sua taxa de instituições de ensino superior público por 100 mil habitantes.

Vale ressaltar que ambas as mesorregiões pertencem, na regionalização proposta por Zomighani (2013)⁶², aos territórios de baixa atratividade para o capital. São esses territórios, como vimos anteriormente, os que apresentam menor dinamicidade econômica e demográfica e que ao longo das últimas décadas vem sendo escolhidos para receber as unidades prisionais no processo de interiorização do sistema prisional paulista.

CASO 1 - A MESORREGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

A mesorregião de Presidente Prudente se localiza no extremo Ocidental do Estado de São Paulo, fazendo divisa ao Sul com o Estado do Paraná e com Mato Grosso do Sul ao Oeste. Ela é composta por 55 municípios divididos em 4 regiões geográficas imediatas no critério do IBGE. Sua população se aproxima dos 910 mil habitantes segundo o IBGE, e está concentrada sobretudo na cidade que leva o nome da mesorregião.

Desde o início da interiorização das unidades prisionais no final do século anterior, a mesorregião de Presidente Prudente recebeu a construção de várias prisões em seu território. Atualmente são 23 estabelecimentos penais com diferentes finalidades dispostas em 15 municípios (*ver Tabela 6*): Caiuá, Dracena, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Martinópolis, Oswaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Tupi Paulista.

A construção de estabelecimentos penais na mesorregião de Presidente Prudente, sobretudo em municípios menores, se insere na lógica interessada em dinamizar econômica e demograficamente uma região marcada pela estagnação econômica (tal como demonstra os mapas anteriormente expostos). A estagnação econômica da região se mantém desde a queda nos rendimentos da cultura do café no século XX ainda assim, atualmente a região tem na agricultura e no agronegócio suas principais atividades econômicas com destaque para a

⁶² “ Dentre todas as diversas regionalizações do território paulista, é possível organizá-lo entre aquelas áreas com maior atratividade para reprodução do capital (como as regiões metropolitanas ou a grande região contínua que se estende pelo eixo da rodovia Anhanguera, desde de São Paulo, chegando até Ribeirão Preto). Ou aquelas regiões econômica e demograficamente menos dinâmicas, territórios de menor atratividade para o capital, e concentradas nos extremos do Oeste e do Sul do Estado de São Paulo. “ (ZOMIGHANI, p.292, 2013)

cultura e agroindústria da cana-de-açúcar, a pecuária, o abate bovino e seus derivados, como aponta a plataforma do Mapa da Economia Paulista⁶³

Tabela 6 - Unidades Prisionais da Mesorregião de Presidente Prudente

MUNICÍPIO	UNIDADE PRISIONAL
CAIUÁ	PENITENCIÁRIA
CAIUÁ	CDP ⁶⁴
DRACENA	PENITENCIÁRIA
FLÓRIDA PAULISTA	PENITENCIÁRIA
IRAPURU	PENITENCIÁRIA
JUNQUEIRÓPOLIS	PENITENCIÁRIA
LUCÉLIA	PENITENCIÁRIA + APP ⁶⁵
MARABÁ PAULISTA	PENITENCIÁRIA
MARTINÓPOLIS	PENITENCIÁRIA
OSWALDO CRUZ	PENITENCIÁRIA
PACAEMBU	PENITENCIÁRIA
PACAEMBU	CDP I
PACAEMBU	CDP II
PACAEMBU	CPP ⁶⁶
PRACINHA	PENITENCIÁRIA
PRESIDENTE BERNARDES	PENITENCIÁRIA
PRESIDENTE BERNARDES	PENITENCIÁRIA + ARSA ⁶⁷
PRESIDENTE PRUDENTE	PENITENCIÁRIA + ARSA
PRESIDENTE PRUDENTE	CR ⁶⁸ + ARSA

⁶³ Disponível em <https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomiaesp/ra/presidente-prudente/>

⁶⁴ CDP - Centro de Detenção Provisória

⁶⁵ APP - Ala de Progressão Penitenciária

⁶⁶ CPP - Centro de Progressão Penitenciária

⁶⁷ ARSA - Anexo de Regime Semiaberto

⁶⁸ CR - Centro de Ressocialização

PRESIDENTE VENCESLAU	PENITENCIÁRIA I
PRESIDENTE VENCESLAU	PENITENCIÁRIA II
TUPI PAULISTA	PENITENCIÁRIA + APP
TUPI PAULISTA	PENITENCIÁRIA FEMININA

A presença das unidades prisionais é marcante nesta região e promoveu ao longo dos anos diversas transformações no território local. Em seu mestrado, Flávia Cescon (2012) demonstra como as unidades prisionais mobilizaram a população carcerária em diversos municípios do Oeste Paulista produzindo os fenômenos demográficos de “inchaço artificial” e população flutuante. Segundo os dados organizados pela pesquisadora, em municípios pequenos tal como Pracinha, Pacaembu, Marabá Paulista e Caiuá a população prisional corresponde a porcentagens altíssimas do total da população total (acima de 20% em todos os aqui exemplos citados).

A respeito do sistema de educação pública superior, a mesorregião de Prudente apresenta 7 instituições dispostas em 5 municípios (ver **Tabela 7**). A maioria das unidades são de responsabilidade estadual, sendo apenas uma instituição de responsabilidade federal e uma instituição de domínio municipal. Os cursos oferecidos nessas instituições, são voltados em sua maioria para o setor do agronegócio, mas ainda assim é possível encontrar certa diversidade nos cursos oferecidos.

Tabela 7 - Instituições Públicas de Ensino Superior na Mesorregião de Presidente Prudente

MUNICÍPIO	IES
ADAMANTINA	FATEC
DRACENA	FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E TECNOLÓGICAS - UNESP
DRACENA	FUNDAÇÃO DRACENENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PRESIDENTE EPITÁCIO	INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

PRESIDENTE PRUDENTE	FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - UNESP
PRESIDENTE PRUDENTE	FATEC
ROSANA	CAMPUS EXPERIMENTAL - UNESP

Embora o território do ensino superior público nesta mesorregião seja aquém de assegurar o acesso ao ensino superior a toda sua população residente, as responsabilidades das instituições públicas de ensino superior não estão eximidas. Assim para entender a responsabilidade e as relações da instituições públicas de ensino superior frente aos estabelecimentos penais consultou-se aqui os principais portais das instituições de ensino (repositórios institucionais, site institucional, site das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão entre outros, além do site do próprio portal da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP-SP), FUNAP e das agências de fomento à pesquisa FAPESP e CAPES, em busca de iniciativas de pesquisa, ensino e extensão que envolvam o sistema prisional.

No Repositório Institucional da Unesp a busca pela palavra “prisões” gerou o total de 11 resultados⁶⁹ , sendo apenas um destes trabalhos produzido na mesorregião de Prudente: a dissertação de mestrado apresentada ainda em 2009 à comissão de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente intitulada “Políticas públicas educacionais no âmbito do sistema penitenciário: aplicações e implicações no processo de (re)inserção social do apenado” , autoria de Jehu Vieira Serrado Junior .

Nas duas unidades da FATEC na região, nenhuma iniciativa junto às unidades prisionais foi registrada nos sites oficiais⁷⁰. A respeito do Instituto Federal de São Paulo com campus em Presidente Epitácio, consultou-se também o site oficial⁷¹ da instituição e o repositório institucional⁷² . Duas iniciativas envolvendo o âmbito geral dos Institutos Federais de São Paulo, a SAP e a FUNAP foram encontradas no site desta última instituição⁷³

⁶⁹ Fonte: <https://repositorio.unesp.br/browse?type=subject&value=Pris%C3%B5es> > Acesso em 21/12/2021

⁷⁰ Fontes: <https://www.fatec.edu.br/adamantina/> e <http://fatecpp.edu.br/> Acesso em 21/12/2021

⁷¹ Fonte: <https://pep.ifsp.edu.br> Acesso em 21/12/2021

⁷² Fonte: <http://repo.ifsp.edu.br/handle/123456789/105> Acesso em 21/12/2021

⁷³Fontes:

<http://www.funap.sp.gov.br/index.php/2021/06/25/equipe-da-funap-se-reune-com-ifsp-para-discutir-o-projeto-pai-deja-digital/> Acesso em 21/12/2021

utilizando a palavra “universidade” no comando de pesquisa de notícias. A primeira iniciativa relata a discussão do projeto “Paideia Digital” visando o oferecimento de cursos em 12 unidades prisionais não mencionadas no ano de 2021 e a segunda iniciativa datada de 2020 é o “Programa de Capacitação e Qualificação Profissional” o qual cita o IFSP como parceiro sem mencionar em quais unidades prisionais.

Já no site da Fundação Dracenense de Educação e Cultura, não encontramos resultados na parte de notícias ao pesquisar as palavras “ prisão” ou “prisões” também no comando de notícias. Porém ao digitar o termo “penitenciárias”⁷⁴ nesta plataforma encontrámos 10 resultados, sendo 8 deles correspondentes a iniciativas diretas da FUNDEC entre os anos de 2016 e 2013 em relação às unidades prisionais. Destacam-se : a criação do Observatório de Competências Sociais em parceria com a FUNAP em 2016, a doação de livros para a Penitenciária de Tupi Paulista no mesmo ano, e iniciativas pontuais nos anos anteriores tais como palestras, cursos profissionalizantes, serviços de saúde entre outros.

A busca nas plataformas de repositório da FAPESP⁷⁵ por projetos financiados que envolviam o assunto “prisões” revelou apenas um projeto de iniciação científica desenvolvido na mesorregião de Presidente Prudente no curso de Geografia em 2007, intitulado “Insegurança urbana e produção da cidade: mudanças desencadeadas pela presença dos novos presídios no oeste paulista”. Do mesmo modo, na busca de grupos financiados na CAPES⁷⁶, ao procurar como tema de busca o termo “prisões” não encontramos nenhum grupo na região estudada.

Sendo assim, a busca por trocas, interações e relações entre o território do sistema prisional e o território das instituições de ensino público superior na mesorregião de Prudente revelou a existência de poucas iniciativas que coloquem em prática a responsabilidade das instituições de ensino superior frente a educação, a pesquisa e a extensão dentro do cárcere. Revelou sobretudo a ausência de um programa ou plano sistematizado que une o ensino superior público e as pessoas em situação de privação da liberdade.

Mesmo com grande poder de transformações econômicas, demográficas e sua influência no contexto mesoregional, o sistema penitenciário não é uma questão recorrente dentro das 7 instituições públicas de ensino superior de Presidente Prudente. As ações

⁷⁴ Fonte: <https://fundec.edu.br/noticias>

⁷⁵ Fonte: https://bv.fapesp.br/pt/metapesquisa/?q=pris%C3%B5es&field_ Acesso em 21/12/2021

⁷⁶ Fonte: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf Acesso em 21/12/2021

desenvolvidas por essas instituições que aqui foram encontradas foram de cunho esporádico e longe de cumprir com a demanda a qual a mesorregião com maior número de unidades prisionais por 100 mil habitantes do Estado precisa.

CASO 2 - A MESORREGIÃO DE ARAÇATUBA

Também localizada no extremo Oeste paulista, a mesorregião de Araçatuba se assemelha em grande parte à realidade de Presidente Prudente. Seus 36 municípios abrigam segundo o IBGE 770 mil habitantes, dispostos em 3 microrregiões: Andradina, Birigui e Araçatuba. O mapa da economia⁷⁷ do Estado de São Paulo indica que o setor primário é o que mais mobiliza força de trabalho e capital na mesorregião, sendo esta inclusive o território do maior polo sucroalcooleiro do Oeste paulista.

A localização fronteiriça com o Centro-Oeste brasileiro, trouxe historicamente à região a construção de diferentes modais que escoam mercadorias, sobretudo do setor agrícola. Apesar da importância para o escoamento e produção do setor primário, a mesorregião de Araçatuba sofre com a falta de dinamicidade econômica. A maioria de seus municípios têm baixa participação no PIB estadual e segundo mapa da economia do Estado 11 municípios sofrem com perdas demográficas.

Tal qual Presidente Prudente, a mesorregião recebeu a construção de unidades prisionais pela lógica da interiorização das unidades prisionais no Estado de São Paulo ao fim do século XX início do XXI. O sistema penitenciário, encarado por autoridades locais e outros agentes econômicos como uma oportunidade de diversificar a economia, produziu neste território mudanças demográficas substanciais tal qual mencionamos: o “inchaço artificial” e a população flutuante, sobretudo em municípios pequenos como os exemplos de Lavínia, Mirandópolis, e Valparaíso.

Na região de Araçatuba atualmente funcionam 13 unidades prisionais com diferentes finalidades em 8 municípios: Andradina, Araçatuba, Avanhandava, Birigui, Lavínia, Mirandópolis, Nova Independência e Valparaíso (ver **Tabela 8**).

Tabela 8 - Unidades Prisionais da Mesorregião de Araçatuba

MUNICÍPIO	UNIDADE PRISIONAL

⁷⁷ Fonte: <https://www.desenvolvesp.com.br/mapadeconomiaesp/ra/aracatuba/> Acesso em 21/12/2021

ANDRADINA	PENITENCIÁRIA
ARAÇATUBA	CR + ARSA
AVANHANDAVA	PENITENCIÁRIA
BIRIGUI	CR + ARSA
LAVÍNIA	PENITENCIÁRIA I
LAVÍNIA	PENITENCIÁRIA II
LAVÍNIA	PENITENCIÁRIA III
LAVÍNIA	CDP
MIRANDÓPOLIS	PENITENCIÁRIA
MIRANDÓPOLIS	PENITENCIÁRIA
NOVA INDEPENDÊNCIA	CDP
VALPARAÍSO	PENITENCIÁRIA
VALPARAÍSO	CPP

Em relação ao ensino público superior, a mesorregião de Araçatuba conta com 8 instituições dispostas em apenas 3 municípios (ver *Tabela 9*). São 2 instituições de cunho federal (IFSP Birigui e Ilha Solteira), um campus da FATEC e 3 unidades da UNESP de responsabilidade estadual, somadas a 2 instituições municipais (FAC-FEA em Araçatuba e FATEB em Birigui). O baixo contingente populacional na região e a baixa oferta de vagas no ensino público superior no estadual fazem a região apresentar a terceira maior taxa de instituições públicas de ensino superior por habitante.

Tabela 9 - Instituições Públicas de Ensino Superior na Mesorregião de Araçatuba

MUNICÍPIO	IES
ARAÇATUBA	FATEC
ARAÇATUBA	FACULDADE DE ODONTOLOGIA - UNESP
ARAÇATUBA	FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA - UNESP
ARAÇATUBA	FACULDADE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA - FAC-FEA

BIRIGUI	IFSP
BIRIGUI	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
ILHA SOLTEIRA	FACULDADE DE ENGENHARIA - UNESP
ILHA SOLTEIRA	IFSP

Das relações entre as instituições de ensino superior e as unidades prisionais, dos 11 resultados⁷⁸ encontrados ao procurar o termo “prisões” no repositório institucional da UNESP apenas 1 fora produzido na mesorregião de Araçatuba. Trata-se de um trabalho de conclusão de curso em Odontologia na Faculdade de Odontologia da Unesp de Araçatuba intitulado “Percepção e satisfação dos internos do centro de recuperação e inserção social sobre saúde bucal” de Annelise Prieto. Nenhuma outra iniciativa de ensino, pesquisa ou extensão fora encontrada nos demais sites institucionais⁷⁹ da Faculdade de Medicina Veterinária em Araçatuba, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira e da Faculdade de Odontologia em Araçatuba.

Dos institutos federais de Ilha solteira e Birigui a pesquisa não encontrou nenhuma iniciativa pontual dentro dos sites e repositórios oficiais⁸⁰. Tal como foi posto na mesorregião de Presidente Prudente encontrou-se aqui duas ações em parceria com o sistema prisional no site da FUNAP envolvendo o âmbito geral dos institutos federais sem mencionar o campus e as unidades prisionais atendidas. São elas: o projeto "Paideia Digital" e o "Programa de Capacitação e Qualificação Profissional" o qual cita o IFSP como parceiro.

Também foi frustrada a procura pelos termos “prisões” “penitenciárias” e “unidades prisionais” nos mecanismos de busca dos sites da FATEC de Ilha Solteira⁸¹ e das faculdade municipais de Birigui e Araçatuba⁸², assim como no site da FAPESP e CAPES⁸³. Ao todo

⁷⁸ Idem 68

⁷⁹Fontes: <https://www.fmva.unesp.br/> , <https://www.feis.unesp.br/> e <https://www.foa.unesp.br/> Acesso em 28/12/2021

⁸⁰ Fontes: <http://repo.ifsp.edu.br/handle/123456789/104> , <http://repo.ifsp.edu.br/handle/123456789/160>, <https://ist.ifsp.edu.br/> e <https://bri.ifsp.edu.br/> Acesso em 28/12/2021

⁸¹ Fonte: <https://www.fatecaracatuba.edu.br/> Acesso em 28/12/2021

⁸² Fonte: <http://feata.edu.br/> e https://www.fateb.br/?p=pagina_exibir&cod_pagina=27 Acesso em 28/12/2021

⁸³ Idem 74 e 75

apenas 1 iniciativa de pesquisa foi encontrada dentro das 8 instituições presentes na mesorregião, iniciativa essa de caráter pontual e esporádico.

Portanto o que a análise das relações, trocas e articulações entre o território do sistema prisional e o território do ensino superior público na mesorregião de Araçatuba revelou é a ausência de iniciativas que visem cumprir com a responsabilidade das IES no cárcere. Mesmo com uma taxa alta de instituições públicas de ensino superior por 100 mil habitantes em relação à realidade estadual, as universidades, institutos federais e demais faculdades são ausentes nas unidades prisionais da mesorregião de Araçatuba.

Com o grande número de unidades prisionais dispostas pelas mesorregiões do Oeste Paulista, são pouquíssimos os projetos propostos que visem transformar de alguma maneira a realidade das pessoas nos espaços de privação da liberdade. Tanto do ponto de vista do sistema prisional e suas responsabilidades para com os direitos dos presos e presas e a lei de execução penal, quanto do ponto de vista da responsabilidade das IES frente o cárcere pouco é mobilizado. A ausência de um projeto sistemático de transformação da realidade da situação das pessoas privadas de liberdade por essas instituições é do mesmo modo um projeto de manutenção desta realidade como tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES

Nitidamente a lógica espacial do sistema prisional paulista se construiu e se constrói a partir de premissas distintas do ensino superior público do mesmo Estado, com poucas trocas, relações e articulações. Enquanto o sistema prisional, a partir, sobretudo, da década de 1980, passou por um intenso processo de expansão e interiorização, o território do ensino público superior sofria dificuldades para se expandir pelo Estado dada a política de austeridade e extrema seletividade para com os recursos da educação pública superior.

A seletividade social e espacial do ensino superior público esteve à mercê da lógica de acumulação do modo de produção capitalista vigente como parte fundamental do meio técnico científico-informacional do Estado de São Paulo. Essa lógica teve como consequência a produção de um território extremamente desigual. Desigualdade neste caso que se expressa não apenas na localização seletiva das universidades, institutos federais e demais faculdades paulistas que se concentram nas regiões mais ricas; mas também no acesso de toda a população do Estado aos direitos fundamentais, sobretudo o direito à educação.

Paralelamente, a falta de acesso aos direitos fundamentais e a produção de *cidadanias mutiladas* ao redor de São Paulo contribuíram para uma realidade cada vez mais crítica e violenta do ponto de vista social na unidade federativa mais rica do Brasil. Grande parte da resposta do governo do Estado frente esse cenário fora ainda mais violência através do modus operandi de sua polícia, seus dispositivos legais e sua política de encarceramento, sobretudo nas grandes cidades.

Para lidar com a tensão e a violência nas grandes cidades, o Estado de São Paulo iniciou no final do século XX o processo de interiorização das unidades prisionais. Em grandes proporções as prisões foram construídas fora dos principais centros urbanos, inclusive com a justificativa de dar dinamicidade a territórios com dificuldades econômicas históricas. Enquanto isso a expansão do ensino público superior sofria com questões orçamentais e via o ensino superior privado crescer exponencialmente.

Tais conclusões mostram que até aqui unidades prisionais e universidades, faculdades e institutos de ensino superior público no Estado de São Paulo caminharam distantes um dos outros, não só no aspecto espacial dessas instituições, mas também no que diz respeito a suas intencionalidades e possibilidades de transformação conjuntas. Apesar dessa tendência de distância histórica do sistema penitenciário e do ensino superior público, diversas iniciativas que colocam em prática a responsabilidade das instituições de ensino superior público frente ao cárcere vêm sendo construídas em São Paulo e no Brasil no decorrer dos últimos anos.

Grande exemplo de uma possibilidade diferente da relação entre as unidades prisionais e o ensino superior é o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade (GEPÉPrivação) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Sobre orientação do professor Roberto da Silva o grupo já ensaiou diversas possibilidades de estudo, pesquisa e extensão ao longo dos anos, além de formar diversos pesquisadores, professores e profissionais que atuam nas unidades prisionais dentro e fora do Estado de São Paulo.

Dentre os trabalhos deste grupo, vale a pena destacar o projeto: “O Projeto Político Pedagógico em Prisões”, que tem a premissa de que a unidade prisional seja administrada como uma escola a partir de um projeto político pedagógico. Desde 2015 o projeto é desenvolvido no entorno da USP no Campus Butantã, atendendo cerca de 10 mil pessoas presas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Além disso, os livros “Didática no Cárcere I e II” são resultados de experiências coletivas do grupo na construção de uma

metodologia para a educação no cárcere envolvendo diversos profissionais que atuam nas unidades prisionais. O grupo também procura mapear e desenvolver as possibilidades de encontro entre as diversas universidades, faculdades e institutos federais do Estado, incluindo as ferramentas à distância via Univesp.

Outros exemplos no Estado de São Paulo são os estudos sobre prisões do Núcleo de Estudos da Violência, também vinculado à USP e as diversas atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Investigação e Práticas em educação nos espaços de restrição e privação de liberdade da Universidade Federal de São Carlos – (EduCáceres- UFSCar). São destaque também, as pesquisas e trabalhos da Faculdade de Filosofia e Ciência da UNESP, em Marília, e na UFABC, sobretudo no Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (Seviju).

Para além dos exemplos no Estado de São Paulo, outras possibilidades Brasil afora se destacam no ensino, pesquisa e extensão das universidades, institutos e faculdades nas prisões. O Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão realizado pela Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) reúne diversas dessas possibilidades e iniciativas de novas relações entre o ensino superior e as unidades prisionais. Até o ano de 2021 cinco edições desse seminário aconteceram, sendo duas edições em unidades da USP na cidade de São Paulo, uma edição no Rio de Janeiro na Universidade Católica de Petrópolis, uma edição em Pernambuco na UFPE em Recife e outra edição em Dourados no Mato Grosso do Sul na Universidade Federal da Grande Dourados.

A troca, o contato e a frequência do sistema prisional como objeto de estudo dentro da academia suscita novas discussões e inéditos viáveis. Vale a pena neste trabalho ressaltar as possibilidades encontradas pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) tanto por suas produções no campo da pesquisa, como pelas atividades de extensão, mas sobretudo pela iniciativa pioneira de reservar vagas nos cursos de graduação à egressos do sistema prisional. A ação afirmativa foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFSB e é a primeira do tipo no país, A proposta reserva apenas uma vaga por curso para este público, o que é bastante incipiente. Mas fato é que a iniciativa instiga discussões e problematiza a fundo o papel da Universidade e do ensino público superior, sendo extremamente importante para o futuro da relação entre o ensino superior e as unidades prisionais.

Os exemplos acima são apenas algumas das iniciativas de transformações que as instituições de ensino superior podem fazer frente à realidade no Cárcere. Elas são reais e se juntam a muitas outras iniciativas de ensino, pesquisa e extensão que já acontecem no sistema

prisional paulista e brasileiro. Antes de serem impossíveis elas são viáveis. Antes de serem comuns elas são inéditas. Antes de serem insignificantes elas são necessárias. Antes de serem ausência elas são presença.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. “**Sistema Penitenciário no Brasil, problemas e desafios**”. Revista USP 9/65- 78, 1991.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

BARROS, Rodolfo Arruda Leite de. **A reinvenção da prisão: a expansão prisional no Estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massivo (1985-2010)**. 2012. vi, 220 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

BATISTA, S ; QUINTINO, R; LIMA, S; **O financiamento da educação pública no estado de são paulo e a educação profissional e tecnológica neste contexto**. In: XIV Workshop de Pós graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza, 2018, São Paulo. Anais do XIV Workshop de Pós graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza, 2019.

BRAGA, A. G. M.. **Universidade e prisão: inspirações teóricas e experiências referências**. Revista Jurídica da Presidência, v. 16, p. 345-371, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

_____, Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino**

_____, Lei N.7210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucionaocompilado.htm>.

_____, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Institui o Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>

_____, Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 20, 20 maio 2010

- _____, Decreto nº 7.626, de 24 de dezembro de 2011. **Institui o Plano Estratégico da Educação no Âmbito do Sistema Prisional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm>

_____, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66: a história da polícia que mata.** São Paulo: Globo, 2001. (Prêmio Jabuti de Literatura 1993)

COELHO, Edmundo Campos. **A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO. Resolução CRUESP-1, de 19 de janeiro de 2001. **Dispõe sobre a criação da Comissão**

Especial para Expansão do Ensino nas Universidades Estaduais Paulistas, e dá outras providências. São Paulo: Cruesp, 2001. Disponível em [Resolução CRUESP 01/2001 \(usp.br\)](http://Resolucao%20CRUESP%2001/2001%20(usp.br).pdf)

_____. Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior. São Paulo: Cruesp, 2001

CARLOS, Ana Fani A. **A reprodução da cidade como "negócio".** In: *Urbanização e mundialização : estudos sobre a metrópole*[S.l: s.n.], 200

CESCON, Flávia Rodrigues Prates. **Migração e unidades prisionais = o cenário dos pequenos municípios do Oeste Paulista.** 2012. 207 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** In: Estudos Feministas, ano 10, 1º semestre, p. 171-188. Santa Catarina, 2002

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

DURHAM, E. R.. **O ensino superior no Brasil: público e privado.** S. Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, 2003 (Documento de Trabalho).

FIALA, Diane Andreia de Souza. **A política de expansão da educação profissional tecnológica de graduação pública no Estado de São Paulo (2000-2007). 2016.** 1 recurso online (178 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: http://acervus.unicamp.br/index.asp?codigo_sophia=969498. Acesso em: 1 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **A mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa; Estampa, 1977

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005

JORGE, W. E.. **Penitenciárias: a questão da localização.** Boletim Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, São Paulo - Capital, v. Ano 10, p. 6-7, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed., São Paulo: n-1 edições, 2018.

SMITH, Neil. **Para uma Teoria do Desenvolvimento Desigual: a Escala Espacial e o Vaivém do Capital.** In: *Desenvolvimento desigual*. RJ: Bertrand Brasil, 1988

OLIVEIRA, C. B. F. de. **A educação nas prisões brasileiras: a responsabilidade da universidade pública.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAMOS, L. S. **Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas.** Brasília, 2012.

SALLA, Fernando. **De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo.** Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 1, n. 1, 2007, pp. 72-90.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método.** Boletim Paulista de Geografia. N. 54, 1977

_____. **A urbanização brasileira.** Editora HUCITEC, São Paulo, 1993

_____. **Cidadanias mutiladas.** In: LERNER, Julio (Ed.). O preconceito. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144

SÃO PAULO. Decreto Nº 26.914, de 15 de Março de 1987. **Dispõe sobre o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais.** Publicado em 15 de março de 1987.

_____. Decreto Nº 29.598, de 02 de Fevereiro de 1989. **Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária.** Publicado em 02 de fevereiro de 1989

_____. Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016. **Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências.** Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>

SILVA, Ana Luisa Luiz da. **A Geografia dos corpos da diáspora : da desterritorialização colonial às novas territorialidades negras.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021

SOUZA, Maria Adélia de ; ZOMIGHANI JR JH. **O uso do território e o judiciário no Brasil. A Justiça sem chão.** Revista USP, v. 1, p. 185-200, 2014.

ZOMIGHANI JUNIOR, James Humberto. **Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal: fundamentos da insegurança no atual período.** 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013

_____, ZOMIGHANI JR., J. H. **Conexões Geográficas e Segregação Socioespacial pelo uso das prisões no Estado de São Paulo.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 17, n. 3, p. 97-114, 2013.

_____, **Cartografias da Interiorização Penitenciária em São Paulo.** Verve (PUCSP), v. único, p. 109-128, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – CARTA À SOCIEDADE 503-E

Carta à Sociedade – 509-E, Afro-X

Carandiru, 20 de novembro de 1999.

Apenas mais um entre 365 dias iguais.

Provando do veneno e do gosto amargo do sistema. Lágrimas de sangue se misturam na taça do ódio, abandono, sofrimento, lamentos.

A fita não foi apaziguada, outra vez as escadas vão ser tingidas de vermelho, misericórdia é raridade!

O amanhã pertence só a Deus ,uma par de feridos,vários mortos ficaram pelo caminho,mas nossa vontade de vencer é bem maior. A gente não tá engrupido com a frase: "Vai melhorar".

500 anos, não temos motivos nenhum para comemorar.

Nosso governo é tão justo, que construiu mais presídios e menos escolas.

Os preto aqui Afro-X e Dexter, e uma par de manos que são considerados um perigo pra sociedade, têm uma missão:contrair mais uma vez a estatística e a justiça cega, mostrando principalmente a si próprio, que ser humano é capaz de regenerar-se.

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE ACESSO AO PERFIL DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESTADO DE SP

Prezado(a) Sr(a) Leonardo Jose Achiles Ribas,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 552682118327, data 19/08/2021, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária

SIC: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

Solicitação:

Qual o perfil de escolaridade das pessoas em situação de privação de liberdade no estado de São Paulo?

Resposta:

SEGUE ANEXO.

O arquivo anexo complementa a sua resposta:

[PLANILHA PADRÃO GRATE EDUCAÇÃO SAP JUNHO 2021.xls](#)

Caso não fique satisfeito com a resposta ou com o serviço, recomendamos os procedimentos abaixo indicados:

- 1) NOVA SOLICITAÇÃO - Formule uma nova solicitação de informação ao SIC, esclarecendo melhor o solicitado. www.sic.sp.gov.br
- 2) CONTATE UMA OUVIDORIA - Formalize uma reclamação e/ou sugestão junto à Ouvidoria do órgão que prestou o atendimento. <https://www.ouvidoria.sp.gov.br>
- 3) Entre com um recurso: [\[Link\]](#)

O PRAZO para entrar com recurso é de 40 (quarenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação.

Atenciosamente,

SIC.SP

Governo do Estado de São Paulo